

1.O cronograma do Edital nº 001 do presente Concurso Público, publicado no DODF (Edição Extra nº21, de 1º de julho de 2016) sofrerá alterações;
2.A nova data de aplicação da Prova de Conhecimento, bem como as demais medidas e orientações decorrentes, serão tomadas públicas no site do IDECAN (www.idecan.org.br), com a maior brevidade possível;
3. Este COMUNICADO entra em vigor na data de sua publicação;
4.Publique-se.

Brasília/DF, 16 de março de 2017.
REGINALDO FERREIRA DE LIMA

COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DA HABILITAÇÃO DE EMPRESA DIRETORIA DE SAÚDE

COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 053.000.337/2011/CBMDF. OBJETO: Credenciamento de serviços de saúde com o CBMDF, por hospitais, laboratórios de análises clínicas, laboratório de patologia clínica, serviços de imagem, clínicas especializadas em transtornos mentais e/ou dependência química, serviços de especialidades médicas, serviços de fisioterapia, serviços de odontologia, serviços de psicologia, serviços de fonoterapia e associações ou assemelhados de profissionais de saúde devidamente reconhecidos por seus respectivos conselhos de classe para o atendimento do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas com direito a assistência à saúde no Distrito Federal, em conformidade com o projeto básico que segue como Anexo VII ao Edital e demais documentos constantes do processo. O Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento do CBMDF torna público, por ter cumprido todas as exigências contidas nos itens do Edital de Credenciamento 01/2011, a HABILITAÇÃO da empresa COSTA E SHIMABUKO PSICOLOGIA LTDA, CNPJ nº 14.566.979/0001-74, situada no ST SRTVN, QD. 702, CONJUNTO P, SALAS 2092, 3138, ASA NORTE - BRASÍLIA - DF. CEP 70.719-900, no item 31 (Contratação de serviços de psicologia, de acordo com os valores de referência especificados no item 4 do Capítulo V do Projeto Básico, Anexo VII, ao Edital de Credenciamento 01/2011, onde fica estabelecido que os valores a serem pagos por cada serviço serão calculados a partir de porcentagens fixas da Tabela Honorários dos Psicólogos, emitida pelo Conselho Federal de Psicologia/Conselhos Regionais de Psicologia/Federação Nacional dos Psicólogos (CFP/CRPs/FENAPSI), que estiver em vigor, na ocasião do apuração do serviço.) e seus subitens, tudo do Projeto Básico, Anexo VII, ao Edital de Credenciamento 01/2011. Processo de credenciamento nº 00053-00001477/2017-06. Nos termos do item 6.4.1 do referido edital, fica aberto o prazo recursal. Estando toda a documentação disponível a quem possa interessar para vistas aos autos. Inf.: (61) 3901-3458. MARCOS ANTONIO NASCIMENTO DE SOUZA APOLONIO - Presidente da Comissão.

EXTRATO DA HABILITAÇÃO DE EMPRESA DIRETORIA DE SAÚDE

COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO: 053.000.337/2011/CBMDF. OBJETO: Credenciamento de serviços de saúde com o CBMDF, por hospitais, laboratórios de análises clínicas, laboratório de patologia clínica, serviços de imagem, clínicas especializadas em transtornos mentais e/ou dependência química, serviços de especialidades médicas, serviços de fisioterapia, serviços de odontologia, serviços de psicologia, serviços de fonoterapia e associações ou assemelhados de profissionais de saúde devidamente reconhecidos por seus respectivos conselhos de classe para o atendimento do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas com direito a assistência à saúde no Distrito Federal, em conformidade com o projeto básico que segue como Anexo VII ao Edital e demais documentos constantes do processo. O Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento do CBMDF torna público, por ter cumprido todas as exigências contidas nos itens do Edital de Credenciamento 01/2011, a HABILITAÇÃO da empresa ACREDITAR ONCOLOGIA S.A, CNPJ nº 03.989.821/0001-90, situada na A/E 08/09 E 10, ST C NORTE LJ. 04 TERREO - TAGUATINGA - BRASÍLIA - DF, CEP 72.115-700, no item 05 (contratação de clínica especializada em realização de procedimentos diagnósticos oncológicos, para infusão de medicamentos antineoplásicos e medicações de suporte, de acordo com os códigos constantes nas tabelas adotadas pelo CBMDF e suas atualizações) e seus subitens, tudo do Projeto Básico, Anexo VII, ao Edital de Credenciamento 01/2011. Processo de credenciamento nº SEI-053-077596/2016. Nos termos do item 6.4.1 do referido edital, fica aberto o prazo recursal. Estando toda a documentação disponível a quem possa interessar para vistas aos autos. Inf.: (61) 3901-3458. MARCOS ANTONIO NASCIMENTO DE SOUZA APOLONIO - Presidente da Comissão.

EXTRATO DA HABILITAÇÃO DE EMPRESA DIRETORIA DE SAÚDE

COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 053.000.337/2011/CBMDF. OBJETO: Credenciamento de serviços de saúde com o CBMDF, por hospitais, laboratórios de análises clínicas, laboratório de patologia clínica, serviços de imagem, clínicas especializadas em transtornos mentais e/ou dependência química, serviços de especialidades médicas, serviços de fisioterapia, serviços de odontologia, serviços de psicologia, serviços de fonoterapia e associações ou assemelhados de profissionais de saúde devidamente reconhecidos por seus respectivos conselhos de classe para o atendimento do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas com direito a assistência à saúde no Distrito Federal, em conformidade com o projeto básico que segue como Anexo VII ao Edital e demais documentos constantes do processo. O Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento do CBMDF torna público, por ter cumprido todas as exigências contidas nos itens do Edital de Credenciamento 01/2011, a HABILITAÇÃO da empresa NEPHRON BRASÍLIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 32.911.992/0001-03, situada na na Quadra 02, Conjunto A, Lote 10 - GAMA - BRASÍLIA - DF, CEP 72.415-101, no item 28 (Contratação de clínica especializada na assistência a doenças renais para realização de serviços constantes nas tabelas adotadas pelo CBMDF e suas atualizações), tudo do Projeto Básico, Anexo VII, ao Edital de Credenciamento 01/2011. Processo de credenciamento nº SEI-053-025793/2016. Nos termos do item 6.4.1 do referido edital, fica aberto o prazo recursal. Estando toda a documentação disponível a quem possa interessar para vistas aos autos. Inf.: (61) 3901-3458. MARCOS ANTONIO NASCIMENTO DE SOUZA APOLONIO - Presidente da Comissão.

EXTRATO DA HABILITAÇÃO DE EMPRESA DIRETORIA DE SAÚDE

COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 053.000.337/2011/CBMDF. OBJETO: Credenciamento de serviços de saúde com o CBMDF, por hospitais, laboratórios de análises clínicas, laboratório de patologia clínica, serviços de imagem, clínicas especializadas em transtornos mentais e/ou dependência química, serviços de especialidades médicas, serviços de fisioterapia, serviços de odontologia, serviços de psicologia, serviços de fonoterapia e associações ou assemelhados de profissionais de saúde devidamente reconhecidos por seus respectivos conselhos de classe para o atendimento do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas com direito

a assistência à saúde no Distrito Federal, em conformidade com o projeto básico que segue como Anexo VII ao Edital e demais documentos constantes do processo. O Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento do CBMDF torna público, por ter cumprido todas as exigências contidas nos itens do Edital de Credenciamento 01/2011, a HABILITAÇÃO da empresa SUEME EXAMES CLÍNICOS EIRELI - ME, CNPJ nº 20.773.570/0001-21, situada na RUA 33, LOTE 05, LOJA 01, Sul - AGUAS CLARAS - BRASÍLIA - DF, CEP 71.930-250, no item 03 (Contratação de clínicas radiológicas para procedimentos diagnósticos na área de imagem para atendimento de casos eletivos, de acordo com os códigos constantes e especificados nas tabelas adotadas pelo CBMDF e suas atualizações), tudo do Projeto Básico, Anexo VII, ao Edital de Credenciamento 01/2011. Processo de credenciamento nº SEI-053-071833/2016. Nos termos do item 6.4.1 do referido edital, fica aberto o prazo recursal. Estando toda a documentação disponível a quem possa interessar para vistas aos autos. Inf.: (61) 3901-3458. MARCOS ANTONIO NASCIMENTO DE SOUZA APOLONIO - Presidente da Comissão.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 28, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

CONCURSO PÚBLICO 01/2016 PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA O CARGO DE PERITO CRIMINAL DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

INCLUSÃO DE CANDIDATA EM SITUAÇÃO SUB JUDICE

O DIRETOR DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, em cumprimento à decisão judicial de inclusão de candidata em situação sub judice para prosseguimento no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Perito Criminal, terceira classe, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, regido pelo Edital nº 1, de 8 de março de 2016, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 47, de 10 de março de 2016, nos seguintes termos: I a candidata a seguir relacionada foi INCLUÍDA, em condição sub judice, na fase de avaliação psicológica, realizada no dia 18 de fevereiro de 2017, sábado, com início às 14 (quatorze) horas, no Colégio Notre Dame, localizado na SGAS Quadra 914 S/N, Conjunto A - Lotes 63/64 - Asa Sul - Brasília/DF, em obediência à ordem judicial, deferida em caráter liminar:

a) LETICIA SOUZA WANDERLEY (sub judice), inscrição nº 144108345 - Processo nº 0701612-67.2017.8.07.0000 - TJDF.

2 A candidata acima realizou a fase de avaliação psicológica na data, local e horário informados no presente edital.

GILBERTO ALVES MARANHÃO BEZERRA

EDITAL Nº 29, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

CONCURSO PÚBLICO 01/2016 PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA CARGO DE PERITO CRIMINAL DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE SINDICÂNCIA

DE VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

O DIRETOR DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado preliminar da fase de sindicância da vida progressa e investigação social, do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Perito Criminal, terceira classe, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, regido pelo Edital nº 1, de 8 de março de 2016, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 47, de 10 de março de 2016, conforme a seguir.

I DO RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE SINDICÂNCIA DA VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

I.1 DOS CANDIDATOS CONSIDERADOS RECOMENDADOS

I.1.1 Relação preliminar dos candidatos considerados recomendados na fase de sindicância da vida progressa e investigação social para o cargo de Perito Criminal, terceira classe, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética. 144105326, ADRIANO GOMES SOUSA; 144103041, ALESSANDERSON DE CASTRO ALMEIDA; 144113632, ALEX BARROS DOS SANTOS; 144107710, ALEXANDRE DAVILA MOURA; 144107301, ALEXANDRE MIRANDA DE OLIVEIRA; 144104190, ALEXANDRE UNGARETTI MARCONDES DE MELLO; 144100657, ALINE VENTURELLI FERREIRA ANTONIO (sub judice); 144107463, ALINY CLAUDY MOTA RIBEIRO; 144105057, ALISSON DO NASCIMENTO ROSA; 144100388, ALLAN FERNANDES DAS CHAGAS; 144100580, AMANDA AURELIO VIEIRA; 144109854, AMANDA DA SILVA RIBEIRO; 144100803, AMANDA DE OLIVEIRA RIBEIRO MENESCAL; 144100119, AMINA PÖTTER DE CARVALHO SARE DE MELO; 144102497, ANA CARLA RESENDE FRAIZ; 144110884, ANDERSON MOTA TREIN; 144102476, ANDRE LUIZ BARBOSA RODRIGUES; 144105177, ANDRE LUIZ VENTURA GONÇALVES; 144104604, ANDRE SIMON DE ALMEIDA BRANCO SILVA; 144102909, ANDRESSA CRUZ E SILVA; 144100875, ANTONIO BEZERRA DA SILVA JUNIOR; 144112054, ARIADNE DE ALMEIDA BRANCO OLIVEIRA; 144104319, ARTHUR PINHEIRO BARCELOS; 144100389, AUGUSTO MELO GOULART; 144106184, AYESKA ESPESCHIT MAIA; 144100525, BRENO VELOSO PINHEIRO; 144105007, BRUNO CEZAR GOMES DE SA E SILVA; 144100023, BRUNO HENRIQUE MONTEIRO LEITE; 144110733, BRUNO HENRIQUE SIMOES MOREIRA; 144102650, BRUNO PERES DE MORAES; 144104596, CAIO BARBOSA PORTELA; 144101537, CAMILA JESSICA LETTI (sub judice); 144100609, CAMILLA MORANDI DA SILVA; 144100386, CAROLINA PEDROSO FERREIRA; 144108851, CASSIA KAROLINA PANIAGO (sub judice); 144100157, CINTIA CARLA DA SILVEIRA MARIANO; 144103047, CLARA WANDENKOLCK SILVA ARAGAO; 144109323, CLAUDIA ARAUJO MERLO (sub judice); 144110159, CLAUDIA THARIS AUGUSTIN; 144105457, CRISTIANO CAMPELO OLIVEIRA; 144103350, DANIEL CAMELO LACERDA; 144103023, DANIEL EUGENIO KUCK; 144102743, DANIEL FRANCISCO DOS SANTOS E SILVA; 144103411, DANIEL KROFF FOGACA; 144104829, DANIEL MATIAS DA SILVA SANTOS; 144113544, DANIEL SANZIO GIMENES DA CRUZ; 144109410, DANIELA AUGUSTA PEREIRA GOTO; 144106019, DANILO LEITE RIBEIRO; 144100368, DAVI PEREIRA DE ALMEIDA; 144100662, DAVID PEREIRA PASSOS JUNIOR; 144103020, DIEGO DE CARVALHO SILVA; 144101043, DIEGO FONTENELE OLIVEIRA CASTRO; 144109713, DIEGO MENDES DE SOUZA; 144108396, DIEGO SOARES LIMA (sub judice); 144102942, DIEGO VINÍCIOS DE ARAUJO FAGUNDES; 144100052, DIOGO GOMES SILVA; 144107010, DOUGLAS RODRIGUES CAVALCANTI; 144100906, DULIO ASSIS NOBRE DOS SANTOS SILVA; 144101045, EDDIE CASIMIRO DUTRA; 144109652, EDER CARLOS DE SANTANA SILVA; 144109870, EDILSON LUCENA DE MEDEIROS; 144101786, EDUARDO ALBERI ROSSI; 144112889, EDUARDO DE OLIVEIRA MANSO; 144100758, EDUARDO JOSE JUCA MALLMANN; 144102876, ELISA FILGUEIRAS SOARES CERQUEIRA; 144102818, ELISMAR COSTA COELHO; 144101512, ERICK TEIXEIRA BARRETO; 144107388, ERINALDO DO NASCIMENTO CARVALHO; 144113986, EVERALDO HENRIQUE; 144113779, FABIANNE DE PAIVA

CARDOSO; 144107343, FABIANO HENRIQUE CRUZ FERNANDES; 144108309, FABIO BRITO RAMOS; 144113471, FABIO DELWING; 144106116, FABIO GONDIM SADECK; 144102037, FABIO MIRANDA RODRIGUES; 144116327, FELIPE ALVES BRITO; 144108505, FELIPE DA SILVA SA; 144102313, FELIPE DOS PASSOS; 144100335, FELIPE KAUSS GOULART; 144100423, FELIPE SILVA LUCINDA; 144109911, FERNANDO CESAR MAGALHAES DE MEDEIROS; 144108382, FERNANDO LUIZ BOHM-GAHREM JUNIOR; 144108958, FERNANDO MENDES LUCAS DE OLIVEIRA; 144101204, FLAVIA PINE LEITE; 144104775, FLAVIO PADILHA DE MORAES; 144107210, FREDERICO LOPES DE AGUIAR; 144108137, GABRIEL FERREIRA DE OLIVEIRA; 144102869, GABRIEL MARQUES BARROSO; 144107461, GABRIEL SOUZA CRUZ; 144102576, GABRIEL VELASCO BRAGA; 144108030, GABRIELA ALVES DE SOUZA; 144101573, GABRIELLA HAMU GIUDICE; 144101541, GABRIELLE GOMES DA SILVA; 144100332, GIANCARLO BRUGNARA CHELOTTI; 144101162, GIOVANNI CAMPOS; 144100814, GUILHERME ALVARES LAPIDUS; 144106758, GUILHERME ALVES PASSOS; 144109930, GUILHERME BATISTA DE CASTRO MATOS; 144105513, GUILHERME MENEGOI RIBEIRO; 144100061, GUILHERME SILVEIRA RABELO; 144100116, GUSTAVO ARANHA ARAUJO COSTA DOS REIS; 144101677, GUSTAVO BERNARDES SOUSA; 144100815, GUSTAVO RIBEIRO DORTAS; 144106103, HALINNA DORNELLES WAWRUK; 144113585, HARA DESSANO FARIAS; 144107466, HENRIQUE DE CARVALHO PIMENTEL; 144100154, HENRIQUE DE SA VASCONCELOS; 144104985, HIGOR DE LIMA E SILVA; 144103827, HUGO FRANCISCO LISBOA SANTOS; 144101062, IGOR VIEIRA DE MELLO; 144100967, ISABELA DA SILVA RODRIGUES COTA; 144108719, ISABELA MORENO CORDEIRO DE SOUSA; 144103875, ITALO AUGUSTO CAMARGOS PEREIRA; 144111660, ITALO DIEGO RODRIGUES OLIVEIRA; 144112695, JACSON GLUZEZAK; 144104819, JANIO FIGUEIREDO DE AQUINO; 144103032, JAQUELINE ALMEIDA DE OLIVEIRA; 144112409, JEFFERSON PEDROSA FEITOSA; 144100659, JOAO PAULO JORGE DE OLIVEIRA; 144108501, JOAO PEDRO KOERICH; 144110373, JOAO VICTOR ALVES DA SILVA (sub judge); 144103751, JOAO VITOR ASSIS RIBEIRO; 144103957, JOEL MOTA GONCALVES; 144100498, JOICY FERREIRA DE QUEIROZ; 144112243, JONATHAN BASTOS BARROSO; 144100699, JORGE FREITAS CIESLAK; 144102031, JOSE HERLEN RODRIGUES COSTA; 144103326, JOSE MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA; 144111499, JULIANA PINHEIRO PIRES; 144107759, KAREN SANTOS E SILVA; 144105268, KARINE ROVER; 144104184, KAUE TOLENTINO PASSOS; 144101098, KELLEN CHRISTINA DE FREITAS GISSONI; 144115671, LAECIO CARNEIRO RODRIGUES; 144111430, LAIANE GONCALVES FURTADO; 144106113, LARISSA NEPOMUCENO ZANOTTO; 144107746, LARISSA VIEIRA VALADAO; 144100089, LAURA MOURAO SANTANA; 144107026, LEANDRO DIAS CARNEIRO; 144108623, LEANDRO MARCOS ALVES VAZ; 144109732, LEANDRO RESENDE GOMES; 144100108, LEANDRO RICARDO MACHADO SILVEIRA; 144103408, LEICIANE RIBEIRO TERRA; 144116292, LEONARDO BOIADEIRO AYRES NEGRAO; 144102252, LEONARDO GUEDES; 144108345, LETICIA SOUZA WANDERLEY (sub judge); 144104358, LIA NARA DE MORAES GUAZZELLI (sub judge); 144104330, LOHRAN ARRAES BENTMULLER; 144103452, LORENA D ALCANTARA PERES DA SILVA; 144106585, LUCAS DRESCH WENDT; 144105608, LUCAS XAVIER DE CASTRO; 144106754, LUCIANO PINTO DE FREITAS; 144106666, LUCILIA ZEYMER ALVES CORREA (sub judge); 144101965, LUIS PAULO AGUIAR DE DEUS; 144112034, LUISA PEREIRA E FERREIRA; 144113935, LUIZ EDUARDO MENDES; 144108135, LUIZA BRASILEIRO REIS PEREIRA; 144103776, MANOEL JOSE RODRIGUES MARTINS; 144100398, MARCELLO SILVINO FERREIRA DE MATOS; 144106611, MARCELO ALVES CAMILO (sub judge); 144104794, MARCELO PENALVA RUFINO DO NASCIMENTO; 144105950, MARCOS PATRICIO MACEDO; 144111086, MARCUS FERNANDO PALMA MOURA; 144101364, MARIA GABRIELA DUARTE MORAIS VIEIRA; 144101057, MAURICIO ROCHA RODRIGUES; 144109773, MAYARA ANSELM; 144106542, MURIA DE JESUS DA SILVA COUTO; 144107442, MURILO CESARIO DE SOUZA; 144102660, MURILO PERES DE MORAES (sub judge); 144111043, MURILO SODRE MARQUES (sub judge); 144108818, OTTO CARLOS LIPPMANN; 144108915, PATRICIA GOMES DE LIMA; 144107393, PAULO HENRIQUE WIESE TEIXEIRA; 144100028, PAULO MAGALHAES MARCIANO DA ROCHA (sub judge); 144100541, PEDRO LUIZ BLAITE DELLABARBA; 144102614, RAFAEL IURI SANTOS BARROS; 144114940, RAFAEL PERSEGHINI DEL SARTO; 144106138, RAFAEL SANT ANNA CACHUTE; 144102503, RAFAEL VIEIRA DE MELO LIMA; 144103302, RAIANA SILVA MENEZES DE SANTANA; 144100868, RAPHAEL AUGUSTO SOUZA DE MELO; 144101759, REBECCA FARAH VALENTE; 144113178, RENATA CRISTINA GRANGEIRO FERRÊIRA; 144110386, RENATO MARTINS CARRIJO; 144104196, RICARDO SILVA CAVADAS; 144110630, ROBERTO AUGUSTO SILVA MOLINA; 144102064, ROBERTO LOUZADA CAMPOS; 144101367, ROBSON WILLIAN DE MELO MATOS; 144102546, RODRIGO DUTRA SILVEIRA MONTEIRO; 144103784, RODRIGO HIPOLITO AZEVEDO DE OLIVEIRA; 144111229, ROGERIO ABREU DOS SANTOS; 144104842, SARITA SILVA CAMARA; 144104405, SAULO CORDEIRO LIMA; 144109161, THIAGO BORDUQUI FERRARI; 144101638, THIAGO VELOZO TRUFINI; 144105108, TIAGO EUPHRASIO DE MELLO; 144107116, TULLIO BARROS SILVA BOMTEMPO; 144101777, VALDIR PIRES DANTAS FILHO; 144109905, VALERIA SILVA FERREIRA (sub judge); 144104369, VALESSA BARROS VAZ DE ARAUJO; 144109183, VANESSA DANTAS DE ANDRADE; 144111881, VERONICA SALES VERAS; 144100730, VICTOR BARBASTEFANO; 144100327, VICTOR HUGO COSTA DIAS; 144108144, VICTOR LINS BATISTA; 144101021, VINICIUS SARAIVA DA SILVA; 144117555, VITOR BATISTA GOMES SILVA; 144107421, VITOR CARLOS PEREIRA; 144110081, WAGNER WENDELL CRUZ DOS SANTOS; 144108408, WATSON JUNIOR FELIPE DE SOUSA; 144105738, WELLINGTON ALVES GONZAGA (sub judge); 144107493, WILLIAM GOELZER FRAGA; 144108622, WILSON ROBERTO DE JATO DA ROCHA; 144104077, YUITI OKI NIYAMA.

1.2 DOS CANDIDATOS CONSIDERADOS NÃO RECOMENDADOS

1.2.1 Os candidatos que entregaram a documentação relativa à fase de sindicância de vida pregressa e investigação social, conforme solicitado no edital de convocação, e que não constam na listagem do subitem 1.1.1 do presente edital e/ou foram eliminados em outra(s) fase(s) do presente certame, foram considerados não recomendados nessa fase.

2 DA SESSÃO DE CONHECIMENTO DA NÃO RECOMENDAÇÃO

2.1 Será concedida ao(s) candidato(s) considerado(s) não recomendado(s), a vista do seu relatório e o conhecimento das razões para a sua não recomendação, mediante sessão sigilosa e reservada para tal finalidade.

2.2 O candidato deverá comparecer ao Cartório Central da Corregedoria Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, localizado no Edifício Sede da PCDF, 2º andar, entrada do Parque da Cidade, Brasília/DF, entre os dias 20 e 21 de março de 2017, das 12 (doze) horas às 19 (dezenove) horas, munido de documento de identidade original. O candidato que deixar de apresentar o documento de identidade original não poderá ter vista de seu relatório.

2.3 Não será admitida, em hipótese alguma, vista do relatório em local, data e/ou horário diverso daqueles previstos no subitem 2.2 acima, qualquer que seja o motivo alegado pelo candidato.

2.4 Não será concedida vista de seu relatório por procurador.

2.5 Durante a vista do relatório, não será permitida a retirada de nenhum documento do local, bem como a realização de cópias ou quaisquer outros meios de reprodução total ou parcial.

3 DOS RECURSOS

3.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar da sindicância de vida pregressa e investigação social disporá de até 3 (três) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia 22 de março de 2017, conforme o modelo correspondente de formulário, que será disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>.

3.2 O recurso poderá ser entregue pessoalmente ou por procurador, mediante procuração (do interessado, com firma reconhecida em cartório, no horário das 10 (dez) horas às 17 (dezesete) horas, ininterruptamente, na Central de Atendimento ao Candidato (CAC-IADES), localizada na QE 32 - Conjunto C - Lote 2 - Guarã II - Guarã/DF.

3.3 Não será aceito recurso, via postal, fax, Internet, correio eletrônico e/ou fora do prazo.

3.4 O candidato deverá entregar 2 (dois) conjuntos de recurso, com as seguintes especificações:

a) capa única constando: código do cargo, nome do cargo, nome do candidato, inscrição, CPF e assinatura; e

b) recurso digitado em formulário próprio, de acordo com o modelo disponibilizado.

3.5 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recursos inconsistentes ou intempestivos, em formulário diferente do exigido e/ou fora das especificações estabelecidas no presente edital e no edital normativo serão indeferidos.

3.6 Não será aceita documentação complementar durante o período de recurso.

3.7 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recurso, tampouco recurso de recurso.

3.8 Recurso cujo teor desrespeite a banca examinadora será preliminarmente indeferido.

3.9 A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

GILBERTO ALVES MARANHÃO BEZERRA

EDITAL Nº 30, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

CONCURSO PÚBLICO 01/2016 PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA CARGO DE PERITO CRIMINAL DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O DIRETOR DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado preliminar da fase de avaliação psicológica, do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Perito Criminal, terceira classe, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, regido pelo Edital nº 1, de 8 de março de 2016, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 47, de 10 de março de 2016, conforme a seguir.

1 Relação, em ordem alfabética, dos candidatos que foram considerados recomendados (aptos) na avaliação psicológica, na seguinte ordem: número de inscrição e nome completo. 144105326, ADRIANO GOMES SOUSA; 144103041, ALESSANDERSON DE CASTRO ALMEIDA; 144113632, ALEX BARROS DOS SANTOS; 144107710, ALEXANDRE DAVILA MOURA; 144107301, ALEXANDRE MIRANDA DE OLIVEIRA; 144104190, ALEXANDRE UNGARETTI MARCONDES DE MELLO; 144100657, ALINE VENTURELLI FERREIRA ANTONIO (sub judge); 144107463, ALINY CLAWDY MOTA RIBEIRO; 144105057, ALISSON DO NASCIMENTO ROSA; 144100580, AMANDA AURELIO VIEIRA; 144109854, AMANDA DA SILVA RIBEIRO; 144100803, AMANDA DE OLIVEIRA RIBEIRO MENESCAL; 144100119, AMINA POTTER DE CARVALHO SARE DE MELO; 144102497, ANA CARLA RESENDE FRAIZ; 144110884, ANDERSON MOTA TREIN; 144102476, ANDRE LUIZ BARBOSA RODRIGUES; 144105177, ANDRE LUIZ VENTURA GONCALVES; 144104604, ANDRE SIMON DE ALMEIDA BRANCO SILVA; 144102909, ANDRESSA CRUZ E SILVA; 144112054, ARIADNE DE ALMEIDA BRANCO OLIVEIRA; 144104319, ARTHUR PINHEIRO BARCELOS; 144106184, AYESKA ESPESCHIT MAIA; 144100525, BRENO VELOSO PINHEIRO; 144105007, BRUNO CEZAR GOMES DE SA E SILVA; 144100023, BRUNO HENRIQUE MONTEIRO LEITE; 144110733, BRUNO HENRIQUE SIMOES MOREIRA; 144102650, BRUNO PERES DE MORAES; 144104596, CAIO BARBOSA PORTELA; 144100609, CAMILLA MORANDI DA SILVA; 144100157, CINTIA CARLA DA SILVEIRA MARIANO; 144103047, CLARA WANDENKOLCK SILVA ARAGAO; 144109323, CLAUDIA ARAUJO MERLO (sub judge); 144110159, CLAUDIA THARIS AGUSTIN; 144105457, CRISTIANO CAMPELO OLIVEIRA; 144103350, DANIEL CAMELO LACERDA; 144104829, DANIEL MATIAS DA SILVA SANTOS; 144113544, DANIEL SANZIO GIMENES DA CRUZ; 144109410, DANIELA AUGUSTA PEREIRA GOTO; 144106019, DANILO LEITE RIBEIRO; 144100368, DAVI PEREIRA DE ALMEIDA; 144100662, DAVID PEREIRA PASSOS JUNIOR; 144103020, DIEGO DE CARVALHO SILVA; 144101043, DIEGO FONTENELO OLIVEIRA CASTRO; 144109713, DIEGO MENDES DE SOUZA; 144108396, DIEGO SOARES LIMA (sub judge); 144100052, DIOGO GOMES SILVA; 144107010, DOUGLAS RODRIGUES CAVALCANTI; 144100906, DUILIO ASSIS NOBRE DOS SANTOS SILVA; 144109870, EDILSON LUCENA DE MEDEIROS; 144101786, EDUARDO ALBERI ROSSI; 144112889, EDUARDO DE OLIVEIRA MANÇO; 144100758, EDUARDO JOSE JUCA MALLMANN; 144102876, ELISA FILGUEIRAS SOARES CERQUEIRA; 144107388, ERINALDO DO NASCIMENTO CARVALHO; 144113986, EVERALDO HENRIQUE; 144107343, FABIANO HENRIQUE CRUZ FERNANDES; 144108309, FABIO BRITO RAMOS; 144113471, FABIO DELWING; 144106116, FABIO GONDIM SADECK; 144102037, FABIO MIRANDA RODRIGUES; 144116327, FELIPE ALVES BRITO; 144102313, FELIPE DOS PASSOS; 144100423, FELIPE SILVA LUCINDA; 144109911, FERNANDO CESAR MAGALHAES DE MEDEIROS; 144108958, FERNANDO MENDES LUCAS DE OLIVEIRA; 144101204, FLAVIA PINE LEITE; 144104775, FLAVIO PADILHA DE MORAES; 144107210, FREDERICO LOPES DE AGUIAR; 144108137, GABRIEL FERREIRA DE OLIVEIRA; 144102869, GABRIEL MARQUES BARROSO; 144107461, GABRIEL SOUZA CRUZ; 144102576, GABRIEL VELASCO BRAGA; 144101573, GABRIELLA HAMU GIUDICE; 144101541, GABRIELLE GOMES DA SILVA; 144100332, GIANCARLO BRUGNARA CHELOTTI; 144101162, GIOVANNI CAMPOS; 144100814, GUILHERME ALVARES LAPIDUS; 144106758, GUILHERME ALVES PASSOS; 144109930, GUILHERME BATISTA DE CASTRO MATOS; 144105513, GUILHERME MENEGOI RIBEIRO; 144100061, GUILHERME SILVEIRA RABELO; 144100116, GUSTAVO ARANHA ARAUJO COSTA DOS REIS; 144101677, GUSTAVO BERNARDES SOUSA; 144106103, HALINNA DORNELLES WAWRUK; 144113585, HARA DESSANO FARIAS; 144100154, HENRIQUE DE SA VASCONCELOS; 144104985, HIGOR DE LIMA E SILVA; 144103827, HUGO FRANCISCO LISBOA SANTOS; 144101062, IGOR VIEIRA DE MELLO; 144100967, ISABELA DA SILVA RODRIGUES COTA; 144108719, ISABELA MORENO CORDEIRO DE SOUSA; 144103875, ITALO AUGUSTO CAMARGOS PEREIRA; 144111660, ITALO DIEGO RODRIGUES OLIVEIRA; 144103032, JAQUELINE ALMEIDA DE OLIVEIRA; 144112409, JEFFERSON PEDROSA FEITOSA; 144108501, JOAO PEDRO KOERICH; 144100498, JOICY FERREIRA DE QUEIROZ; 144112243, JONATHAN BASTOS BARROSO; 144111499, JULIANA PINHEIRO PIRES; 144107759, KAREN SANTOS E SILVA; 144105268, KARINE ROVER; 144104184, KAUE TOLENTINO PASSOS; 144101098, KELLEN CHRISTINA DE FREI-

TAS GISSONI; 144115671, LAECIO CARNEIRO RODRIGUES; 144111430, LAIANE GONCALVES FURTADO; 144106113, LARISSA NEPOMUCENO ZANOTTO; 144100089, LAURA MOURAO SANTANA; 144108623, LEANDRO MARCOS ALVES VAZ; 144109732, LEANDRO RESENDE GOMES; 144100108, LEANDRO RICARDO MACHADO SILVEIRA; 144103408, LEICIANE RIBEIRO TERRA; 144102252, LEONARDO GUEDES; 144108345, LETICIA SOUZA WANDERLEY (sub judge); 144104358, LIA NARA DE MORAES GUAZZELLI (sub judge); 144104330, LOHRAN ARRAES BENTEMULLER; 144103452, LORENA D ALCANTARA PERES DA SILVA; 144105608, LUCAS XAVIER DE CASTRO; 144106666, LUCILIA ZEYMER ALVES CORREA (sub judge); 144101965, LUIS PAULO AGUIAR DE DEUS; 144112034, LUISA PEREIRA E FERREIRA; 144113935, LUIZ EDUARDO MENDES; 144108135, LUIZA BRASILEIRO REIS PEREIRA; 144103776, MANOEL JOSE RODRIGUES MARTINS; 144100398, MARCELLO SILVINO FERREIRA DE MATOS; 144106611, MARCELO ALVES CAMILO (sub judge); 144104794, MARCELO PENALVA RUFINO DO NASCIMENTO; 144105950, MARCOS PATRICIO MACEDO; 144111086, MARCUS FERNANDO PALMA MOURA; 144101057, MAURICIO ROCHA RODRIGUES; 144109773, MAYARA ANSELMI; 144106542, MURIA DE JESUS DA SILVA COUTO; 144107442, MURILO CESARIO DE SOUZA; 144102660, MURILO PERES DE MORAES (sub judge); 144108915, PATRICIA GOMES DE LIMA; 144107393, PAULO HENRIQUE WIESE TEIXEIRA; 144100028, PAULO MAGALHAES MARCIANO DA ROCHA (sub judge); 144100541, PEDRO LUIZ BLAITE DELLABARBA; 144102614, RAFAEL IURI SANTOS BARROS; 144114940, RAFAEL PERSEGHINI DEL SARTO; 144106138, RAFAEL SANT ANNA CACHUTE; 144103302, RAIANA SILVA MENEZES DE SANTANA; 144100868, RAPHAEL AUGUSTO SOUZA DE MELO; 144101759, REBECCA FARAH VALENTE; 144113178, RENATA CRISTINA GRANGEIRO FERREIRA; 144110386, RENATO MARTINS CARRIJO; 144104196, RICARDO SILVA CAVADAS; 144110630, ROBERTO AUGUSTO SILVA MOLINA; 144102064, ROBERTO LOUZADA CAMPOS; 144101367, ROBSON WILLIAN DE MELO MATOS; 144102546, RODRIGO DUTRA SILVEIRA MONTEIRO; 144103784, RODRIGO HIPOLITO AZEVEDO DE OLIVEIRA; 144104842, SARITA SILVA CAMARA; 144104405, SAULO CORDEIRO LIMA; 144109161, THIAGO BORDUQUI FERRARI; 144101638, THIAGO VELOZO TRUFINI; 144105108, TIAGO EUPHRASIO DE MELLO; 144107116, TULLIO BARROS SILVA BOMTEMPO; 144101777, VALDIR PIRES DANTAS FILHO; 144109905, VALERIA SILVA FERREIRA (sub judge); 144104369, VALESSA BARROS VAZ DE ARAUJO; 144109183, VANESSA DANTAS DE ANDRADE; 144100730, VICTOR BARBASTEFANO; 144100327, VICTOR HUGO COSTA DIAS; 144108144, VICTOR LINS BATISTA; 144101021, VINICIUS SARAIVA DA SILVA; 144117555, VITOR BATISTA GOMES SILVA; 144107421, VITOR CARLOS PEREIRA; 144108408, WATSON JUNIOR FELIPE DE SOUSA; 144105738, WELLINGTON ALVES GONZAGA (sub judge); 144104077, YUITI OKI NIYAMA.

2 Em obediência ao que preceitua o art. 6º da Resolução CFP nº 001/2002 do Conselho Federal de Psicologia, de 19 de abril de 2002, estão relacionados no item anterior, com o resultado preliminar da avaliação psicológica, apenas os candidatos recomendados (ver também o subitem 17.17 do Edital Normativo).

2.1 Relação, em ordem alfabética, dos candidatos que não compareceram para a realização da avaliação psicológica, na seguinte ordem: número de inscrição e nome completo. 144100815, GUSTAVO RIBEIRO DORTAS; 144112695, JACSON GLUZEZAK.

2.2 O(s) candidato(s) convocado(s) para a fase de avaliação psicológica e não relacionados no itens 1 e 2.1 acima foi(ram) considerado(s) não recomendado(s).

3 DAS ENTREVISTAS DEVOLUTIVAS

3.1 Será assegurado ao candidato não recomendado conhecer as razões que determinaram a sua não recomendação, bem como a possibilidade de interpor recurso.

3.2 As entrevistas devolutivas serão realizadas no dia 18 de março de 2017, sábado, com a distribuição dos candidatos conforme a seguir:

a) manhã (8h30 às 10h30): para os candidatos com nomes iniciando com as letras "A" a "D";

b) manhã (10h30 às 12h): para os candidatos com nomes iniciando com as letras "E" a "H";

c) tarde (14h às 16h): para os candidatos com nomes iniciando com as letras "J" a "L"; e

d) tarde (16h às 17h30): para os candidatos com nomes iniciando com as letras "M" a "W".

3.3 A ordem de atendimento será feita de acordo com a ordem de chegada dos candidatos.

3.4 As entrevistas devolutivas serão realizadas no seguinte endereço: Centro de Ensino Piaget, localizado a QI 20, lote C - Área Especial, Guará I - Guará/DF.

4 DOS RECURSOS

4.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação psicológica, disporá de 3 (três) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia 20 de março de 2017, conforme o modelo correspondente de formulário, que será disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>.

4.2 Os recursos poderão ser entregues pessoalmente ou por procurador, mediante procuração do interessado, com reconhecimento de firma, no horário das 10 (dez) horas às 16 (dezesesseis) horas, ininterrupto, na CAC-IADES, no seguinte endereço: QE 32 - Conjunto C - Lote 2 - Guará II - Guará/DF.

4.3 Não será aceito recurso, via postal, fax, Internet, correio eletrônico e/ou fora do prazo.

4.4 O candidato deverá entregar 2 (dois) conjuntos de recurso, com as seguintes especificações:

a) capa única constando: código do cargo, nome do cargo, nome do candidato, inscrição, CPF e assinatura;

b) recurso digitado em formulário próprio, de acordo com o modelo disponibilizado.

4.5 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recursos inconsistentes ou intempestivos, em formulário diferente do exigido e(ou) fora das especificações estabelecidas no presente edital e no edital normativo serão indeferidos.

4.6 Não será aceita documentação complementar durante o período de recurso.

4.7 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recurso, tampouco recurso de recurso.

4.8 Recurso cujo teor desrespeite a banca examinadora será preliminarmente indeferido.

4.9 A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

GILBERTO ALVES MARANHÃO BEZERRA

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

EDITAL DE RESULTADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017 DO COMITÊ DISTRITAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do parágrafo único do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o que lhe confere o artigo 113, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, aprovado pelo Decreto nº 34.320, de 26 de abril de 2013, e considerando o Edital de Chamamento Nº 01/2017 referente a convocação de entidades não governamentais da sociedade civil organizada interessadas em compor o Comitê Distrital de Enfrentamento do Tráfico de Seres Humanos, como membros representantes consultivos, publicado no DODF nº 014 de 19/01/2017, pág. 32, RESOLVE: TORNAR PÚBLICA a aprovação da participação do Instituto Migrações e Direitos Humanos - CNPJ:03.591.517/0001-90 e da Cáritas Brasileira - CNPJ: 33.654.419/0001-16 em virtude de preenchimento dos requisitos de seleção previstos em Edital, e a desclassificação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Deslocados Ambientais (NEPDA) da Universidade Estadual da Paraíba pelo não atendimento do item 6.2, alínea "c" e "d" referentes a apresentação do relatório de atividades desempenhadas no ano anterior e de cópia(s) de certificado(s)/ declaração(ões) de participação da entidade em outros conselhos, comitês e/ou fóruns de direitos, bem como do item 8.1 relacionado a identificação da face externa do envelope de entrega da documentação, e do Projeto Voz e Voz - Educação Popular na Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas pelo não atendimento do item 6.2, alíneas "a" a "d" referentes a ficha cadastral devidamente preenchida, cópia do Estatuto próprio da entidade interessada, Relatório de Atividades desempenhadas no ano anterior, apresentação de cópia(s) de certificado(s)/ declaração(ões) de participação da entidade em outros conselhos, comitês e/ou fóruns de direitos. Os interessados inabilitados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital de resultados, para interpor recurso administrativo perante a DETP/SUBJUSPRED/SEJUS, devidamente fundamentado, conforme item 10 do referido Edital de Chamamento.

MARCELO LOURENÇO COELHO DE LIMA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato 308-CEB DISTRIBUIÇÃO. Partes: CEB Distribuição S/A e INSTITUTO ABRADÉE DA ENERGIA. Processo 310.002796/2016, regido pela Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 09/03/2017. Objeto: Prestação de serviços para coordenação e execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento de sistema de inteligência analítica do setor elétrico SIASE. Vigência: 42 meses. Valor: R\$ 186.984,26. Despesa com publicação: CEB Distribuição. Assinaturas: pela CEB Distribuição: Luis Fernando Magnani de Oliveira e Hamilton Carlos Naves; e pela Contratada: Nelson Fonseca Leite e Marco Antônio de Paiva Delgado.

DIVULGAÇÃO SEMESTRAL DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Em obediência à Lei Nº 5.532, de 28 de agosto de 2015, que dispõe sobre a divulgação semestral de dados concernentes aos contratos de locação de imóveis firmados pelo Poder Executivo do Distrito Federal, elencamos abaixo os respectivos valores aplicados por Pela CEB Distribuição para viabilizar o funcionamento das Agências de Atendimento do Distrito Federal

Cidade	Descrição do imóvel	Finalidade da locação	Valor do Contrato	Área	Valor por m²	Proprietário do imóvel	Prazo da locação (vigência contratual)	Despesa total com o contrato de locação
Brasília	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento de Brasília	R\$ 421.085,28	147,33	R\$ 2.858,11	Associação Beneficente da Capital Federal - BENECAAP	60 meses	R\$ 450.449,46
Brazlândia	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento de Brazlândia	R\$ 127.800,00	200	R\$ 639,00	Raimundo de Moura Caminha	60 meses	R\$ 133.553,92

Guará	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento do Guará	R\$ 465.067,20	202,5	R\$ 2.296,63	Vera Lúcia de Araújo Briel	60 meses	R\$ 480.511,01
Núcleo bandeirante	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento do Núcleo Bandeirante	R\$ 101.172,72	149,12	R\$ 678,47	Gilda Pires Scarpelli	60 meses	R\$ 120.656,41
Paranoá	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento do Paranoá	R\$ 98.705,40	100	R\$ 987,05	Dawilton Lacerda	60 meses	R\$ 103.641,87
Recanto das Emas	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento do Recanto das Emas	R\$ 197.564,30	130	R\$ 1.519,73	Corsino Rodrigues Braulio	60 meses	R\$ 205.864,10
São Sebastião	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento de São Sebastião	R\$ 153.520,08	90	R\$ 1.705,78	Renato de Almeida Muniz	60 meses	R\$ 156.070,08
Sobradinho II	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento de Sobradinho	R\$ 135.134,76	90	R\$ 1.501,50	Maria de Oliveira dos Santos	60 meses	R\$ 144.985,28
Santa Maria	Comercial	Para Funcionamento da Agência de Atendimento de Santa Maria	R\$ 240.000,00	69,67	R\$ 3.444,81	Broto Construtora e Empreendimentos Imobiliários	60 meses	R\$ 240.000,00

ALAN DE MENEZES ALEXANDRE

Gerente - Canal de Atendimento ao Cliente

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL**AVISO DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**

A Caesb torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, a AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 002/2017 referente a Disposição de Lodo Proveniente de ETA em Cascalheira na QNP-5 Ceilândia, localizada na QNP-5, entrada da rodovia VC 311 a 5 km de Ceilândia, RA-IX do Distrito Federal. Processo: 190.001.299/2002.

MAURÍCIO LEITE LUDUVICE

Presidente

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO (*)

Pregão Eletrônico PE 154/2016, processo nº 092.006837/2016, realizado no www.comprasnet.gov.br, UASG: 974200, cujo objeto é registro de preços para aquisição de materiais em ferro fundido, da forma que se segue: Empresa INASA INDUSTRIA NACIONAL DE SANEAMENTO LTDA - ME, CNPJ 13.412.273/0001-95 vencedora dos itens 3, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 98, 100, 105 e 106, com o valor total de R\$ 837.960,79. Empresa SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA, CNPJ 28.672.087/0001-62, vencedora dos itens 1, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 26, 27, 96, 97 e 99, com o valor total de R\$ 89.781,43. Itens desertos ou fracassados: item 2, 6, 9, 19, 50, 51, 62, 63, 93, 101, 102, 103, 104, 107, 108.

Brasília/DF, 15 de março de 2017.

JÚLIO CESAR SEGURADO COELHO

Pregoeiro

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreções no original, publicado no DODF nº 38, Seção 03, pág. 98, de 22/02/2017.

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL**AVISOS DE RECEBIMENTO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença Ambiental Simplificada nº 006/2017, para a atividade de Centro de Triagem de Resíduos - CTR/SCIA, na Quadra 09, Conjunto 01, Lote 02, com aproximadamente 4125 m², no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - CTR/SCIA, processo nº 391.002.376/2016. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL.

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença Ambiental Simplificada nº 007/2017, para a atividade de Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - CTR/SIA, no Setor RH Norte A/E Galpão A nº 116, Setor de Inflamáveis - SIA, Trecho 17, Rua 20, Região Administrativa da Estrutural e mais a leste da Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal, processo nº 391.002.377/2016. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO**SUBSECRETARIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS****EXTRATOS DE CONVOCAÇÃO**

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, a senhora Maria de Fátima Camargos, CPF 184.675.121-72, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT, do imóvel situado na Quadra 31 Lote 09 - Leste Comercial - Gama - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 131.003.573/2001.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor Antonio Celso Naves, CPF 022.059.121-00, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT, do imóvel situado na CLN 07 Bloco E Lote 01 - Riacho Fundo - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.553/1999.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, a empresa Lirios do Campo Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ 02.680.452/0001-97, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT, do imóvel situado na Quadra 301 Av. Parque Águas Claras Conjunto 06 lote 10, Águas Claras - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 132.002.434/2002.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, a empresa Construtora Argus Ltda., CNPJ 00.618.511/0001-71, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT, do imóvel situado na QD 301 Conjunto 12 Lotes 08, 10 E 12 - Águas Claras - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 300.000.474/2007.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor Hilton Cristiano Rios, CPF 179.586.791-49, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na SHN Área Especial nº 47 - Taguatinga- Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 132.001.610/1998.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, a empresa Habitat Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 04.348.358/0001-60, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na CLN 07 Bloco J Loja 01- Riacho Fundo- Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.289/2003.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, a empresa Construtora Argus Ltda., CNPJ 00618.511/0001-71, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na QD 301 Conjunto 10 Lotes 05/07 - Águas Claras - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 300.000.132/2003.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor Francisco de Assis Martins, CPF 068.228.781-49, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na CLS 04 Bloco B Lote 02 - Riacho Fundo- Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.403/2000.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor Luiz Antonio de Souza, CPF 084.908.051-72, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na CLN 07-C Lotes 03 e 04 - Riacho Fundo- Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.304/2001.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor Renan Guimarães Botelho, CPF 958.382.441-00, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na CLN 03, Bloco A Lotes 03,04 e 05 - Riacho Fundo- Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.001.688/2002.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor José Alves Pereira Filho, CPF 179.586.791-49, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR- indeferimento de Recurso, do imóvel situado na QS 310 Conjunto 05 Lote 04 - Samambaia- Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 142.001.798/2005.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, a empresa Cooperativa Habitacional Cruzeiro do Sul Ltda., CNPJ 37.051.422/0001-04, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na Área Central Qd 01 Lote 01 - Riacho Fundo- Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.001.098/2002.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, a senhora Sinara Soares de Oliveira, CPF 048.350.511-06, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na Quadra 01 Conjunto B Lote 220 - Gama - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 131.000.292/2013.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, a senhora Benedita Gonçalves de Almeida, CPF 226.065.724-91, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na CLN 05-F Lote 04 - Riacho Fundo - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.130/2005.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, empresa Gurgel Construtora e Incorporadora Ltda., CNPJ 07.314.645/0001-48, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na Alameda Gravata, quadra 301 Conjunto 10 Lotes 07/09 - Águas Claras - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 300.000.108/2004.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, empresa Smart Construtora Incorporadora Ltda., CNPJ 07.343.490/0001-78, para tratar de assuntos referente aos valores de ODIR, do imóvel situado na CLS 08 Bloco C Lotes 01 e 02 - Riacho Fundo - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.385/2004.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, empresa Tecnicall Engenharia Ltda., CNPJ 72.581.283/0001-13, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT E ODIR, do imóvel situado na CLN 05 Bloco F Lote 03 - Riacho Fundo - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.319/2003.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor José Gabriel Filho, CPF 217.155.136-49, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT E ODIR, do imóvel situado na CLN 05 Bloco J Lotes 03 e 04 - Riacho Fundo - Brasília/DF, a

comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.677/2001.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor Vicente Tadeu Barboza Gama, CPF 408.287.356-20, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT E ODIR, do imóvel situado na CLN 05 Bloco J Lotes 03 e 04 - Riacho Fundo - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.677/2001.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor Marcus Vinicius de Andrade, CPF 175.058.796-34, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT E ODIR, do imóvel situado na CLN 05 Bloco J Lotes 03 e 04 - Riacho Fundo - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.677/2001.

A Central de Aprovação de Projetos, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, RESOLVE: CONVOCAR, o senhor Pedro Paulo Barboza Gama, CPF 408.287.356-20, para tratar de assuntos referente aos valores de ONALT E ODIR, do imóvel situado na CLN 05 Bloco J Lotes 03 e 04 - Riacho Fundo - Brasília/DF, a comparecer em sua sede situada no SCS quadra 06 bloco A Ed. Sede da SEDHAB, Sobreloja /Brasília-DF, Fone: 3214-4130, no prazo de 10(dez) dias corridos, processo administrativo nº 148.000.677/2001.

ADRYANI FERNANDES LOBO
Subsecretária

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 429.002.459/2015; Interessado: EMPLAVI GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA; Assunto: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. A Subsecretaria da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto nº 35.566, de 25 de junho de 2014, que dá nova redação ao artigo 29, inciso V, parágrafo 2º, do Decreto 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como o disposto no art. 7º do Decreto nº 36.339, de 28 de janeiro de 2015 RESOLVE: RATIFICAR a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Gerente de Contratos de Concessão da Coordenação de Licenciamento da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, nos autos do processo administrativo em epígrafe, para a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, fundamentado na Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, entre EMPLAVI GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA, CNPJ: 19.098.399/0001-13, e o Distrito Federal, para a utilização, pelo prazo de 30 (trinta) anos de forma não onerosa a área pública em subsolo para garagem (2.472,20 m²), e em nível de solo para central de GLP (37,80 m²), bem como em espaço aéreo para varanda e expansão de compartimento (1.293,00 m²) e para laje técnica (251,70 m²), totalizando a área de 4.054,70 m² de área pública concedida, conforme Informativo de Aprovação nº 052/2017, fls. 333v, contígua a Projeção "F", da Superquadra Noroeste 103 (cento e três) - SQNW 103, do Setor de Habitações Coletivas Noroeste (SHCNW) - Brasília - DF. Brasília, 14 de março de 2017. ADRYANI FERNANDES LOBO, Subsecretária da Central de Aprovação de Projetos.

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o ressarcimento aos cofres do Governo do Distrito Federal, decorrente de acerto de contas de exoneração, CONVOCA os ex-servidores abaixo relacionados, a comparecerem, no prazo corrido de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, à Gerência de Pessoas, da Administração Regional do Lago Sul, na SHIS QI 11 Área Especial 01, Lago Sul, no horário de 09h às 17has, para ciência do processo e orientação quanto ao procedimento de ressarcimento. Relação por nome do ex-servidor, matrícula, processo: FRANCISCO KEGINALDO DE LIMA, matrícula 1.661.050-4, processo 146.000.064/2014; LAUANE GOMES DA SILVA, matrícula 1.663.380-6, processo 146.000.276/2014; EDVALDO COTRIM, matrícula 1.652.423-3, processo 146.000.277/2014; LUIZINHA FERREIRA DA SILVA, matrícula 1.654.281-9, processo 146.000.293/2014; RONEY BRITO BOTELHO, matrícula 1.664.526-X, processo 146.000.344/2014; BRUNA MARIA SOARES NEVES, matrícula 1.655.883-9, processo 146.000.383/2014; KLEITON ERIVAN VIEIRA DOS SANTOS, matrícula 1.666.679-8, processo 146.000.453/2014; EDUARDO CÂNDIDO RODRIGUES ROCHA, matrícula 1.675.804-8, Processo 146.000.357/2016.

ALESSANDRO PAIVA

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL****EXTRATO DE OUTORGA**

RESOLUÇÃO/ADASA nº 03/2017: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, concede outorga de direito de uso de água superficial, por bombeamento, no Lago Paranoá, Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, com a finalidade de prestação de serviços públicos de abastecimento de água, BRASÍLIA/DF. Processo nº 2501.001.406/2007.

O inteiro teor da Resolução de Outorga encontra-se disponível no sítio eletrônico www.ada-sa.df.gov.br.

PAULO SALLES

EXTRATO DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2017, EM BRASÍLIA/DF

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Auditório Humberto Ludovico da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA, Setor Ferroviário, Parque Ferroviário de Brasília, Estação Rodoviária, Ala Norte Térreo, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Sessão ao Vivo Presencial da Audiência Pública nº 002/2017, que teve como OBJETIVO: obter subsídios e informações adicionais referente a minuta de Resolução com os procedimentos operacionais para acesso aos recursos oriundos da Tarifa de Contingência, aplicada ao serviço público de abastecimento de água, prestado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em virtude de situação crítica de escassez hídrica. PAUTA: 1 - recepção de expositores e participantes inscritos; 2 - composição da mesa pelo Cerimonial; 3 - abertura das atividades pelo Presidente da Sessão; 4 - apresentação técnica do assunto pela ADASA; 5 - pronunciamento dos inscritos como expositores; 6 - outros pronunciamentos; 7 - encerramento. Compuseram a mesa: o Sr. Israel Pinheiro Torres, Diretor da ADASA, presidindo a Sessão ao vivo presencial; o Sr. César Augusto Cunha Campos, representando o Ouvidor Sr. João Carlos Teixeira, o Sr. Adelce Pinto de Queiroz, Chefe do Serviço Jurídico da ADASA; o Sr. Francisco Rodrigo Sábato de Castro, Secretário-Geral da ADASA; e o Sr. Cássio Leandro Cossenzo, Superintendente de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira - SEF da ADASA. Apresentação Técnica ADASA: Sr. Cássio Leandro Cossenzo, Superintendente da SEF. Pela CAESB Sra. Aline Batista de Oliveira. INSCRITOS: Sr. Sinfrônio, da Defesa civil; Sra. Naiara Campos, Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA; Sr. Luiz Gatto, IBRAM; Sr. Silvo Góes de Alcântara, ADASA; Sra. Irene Magalhães Mesquita, Usuária; Sra. Patricia Marques Souza, Professora; Sr. José Gurgel, Usuário; Sr. Klecius Oliveira, SINPROEP/DF; Sr. Diogo da Matta Garcia, Câmara Legislativa do Distrito Federal; Sra. Mayssara Jesus, Professora. A documentação objeto desta Audiência Pública e a Ata encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.ada-sa.df.gov.br (Audiências Públicas).

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS**EXTRATOS DE OUTORGA**

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA torna públicas as outorgas:

Despacho/SRH nº 0100/2017: JOÃO CARLOS MACHADO DA SILVA, concede outorga de direito de uso, 01(um) poço tubular, Bacia do Rio Paranoá, abastecimento humano, criação de animais e irrigação, Sobradinho/DF. Processo nº 197.000.993/2009.

Despacho/SRH nº 0101/2017: IVONE MIDORI ICUMA, concede outorga de direito de uso, 01 (um) poço manual, Bacia do Rio São Bartolomeu, abastecimento humano e irrigação, São Sebastião/DF. Processo nº 197.000.762/2016.

Despacho/SRH nº 0103/2017: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, renova outorga de direito de uso 01 (um) poço tubular, Bacia do Rio Paranoá, prestação de serviços públicos de abastecimento de água, Paranoá/DF. Processo nº 197.000.027/2012.

Despacho/SRH nº 0104/2017: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, renova outorga de direito de uso 01 (um) poço tubular, Bacia do Rio Paranoá, prestação de serviços públicos de abastecimento de água, Itapoã/DF. Processo nº 197.000.028/2012.

Despacho/SRH nº 0105/2017: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, renova outorga de direito de uso 01 (um) poço tubular, Bacia do Rio São Bartolomeu, prestação de serviços públicos de abastecimento de água, Itapoã/DF. Processo nº 197.000.026/2012.

Despacho/SRH nº 0106/2017: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, renova outorga de direito de uso 01 (um) poço tubular, Bacia do Rio São Bartolomeu, prestação de serviços públicos de abastecimento de água, Itapoã/DF. Processo nº 197.000.025/2012.

Despacho/SRH nº 0107/2017: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, renova outorga de direito de uso 01 (um) poço tubular, Bacia do Rio São Bartolomeu, prestação de serviços públicos de abastecimento de água, Itapoã/DF. Processo nº 197.000.022/2012.

Despacho/SRH nº 0108/2017: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, renova outorga de direito de uso 01 (um) poço tubular, Bacia do Rio São Bartolomeu, prestação de serviços públicos de abastecimento de água, Itapoã/DF. Processo nº 197.000.023/2012.

O inteiro teor dos Despachos de Outorga encontra-se disponível no sítio eletrônico www.ada-sa.df.gov.br.

RAFAEL MACHADO MELLO

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL****AVISO DE ADIAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017**

A Pregoeira comunica aos interessados que a abertura do pregão acima citado fica adiada para as nove horas e trinta minutos, do dia 30 de março de 2017, devido as adequações que foram realizadas no Termo de Referência pela área técnica desta Procuradoria, referente ao software de tarifação. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviço de atualização da Central Telefônica Unify Hipath 3800 V9, instalada na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para Unify OpenScape Business v2, de serviço de manutenção preventiva e corretiva da referida Central, com reposição de peças novas e componentes e para fornecimento de aparelhos telefônicos IP OpenStage 15, configurados, e de aparelhos telefônicos analógicos DTMF, de acordo com as especificações e condições descritas no Termo de Referência, Anexo I do edital. Cadastramento das propostas no site: www.comprasgovernamentais.gov.br até a data e horário fixados para a abertura da licitação: horário de Brasília. Processo 020.002.221/2016. O respectivo edital poderá ser retirado no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. Código UASG: 926121. Informações: (61) 3342-1086.

Brasília/DF, 16 de março de 2017.

BÁRBARA HAMÚ

CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

RATIFICO, nos termos do artigo 26, da Lei nº. 8.666/93, A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para pagamento do Seguro Obrigatório, em favor do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE GOIÁS, no valor de R\$ 173,75 (cento e setenta e três reais e setenta e cinco centavos), constante no processo 480.000.080/2017. HENRIQUE MORAES ZILLER, Controlador-Geral do Distrito Federal.

SUBCONTROLADORIA DE GESTÃO INTERNA**RECONHECIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo: 480.000.080/2017. Com base no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/1993, RECONHEÇO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para pagamento do Seguro Obrigatório do veículo marca GM, modelo Classic, de propriedade desta Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, no valor total de R\$ 173,75 (cento e setenta e três reais e setenta e cinco centavos), em favor do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS. 2. À consideração do Senhor Controlador-Geral do Distrito Federal - CGDF para, se assim entender, ratificar a inexigibilidade de licitação, na forma do disposto no artigo 26 da Lei nº 8666/1993. Fabrício Fernando Carpaneda Silva - Subcontrolador de Gestão Interna.

INEDITORIAIS**RECICLE A VIDA COOPERATIVA DE CATADORES DO DISTRITO FEDERAL**

CNPJ: 22.884.599/0001-06 NIRE: 5340001017-1

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da RECICLE A VIDA COOPERATIVA DE CATADORES DO DF, CNPJ: 22.884.599/0001-06, convoca os cooperados, para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Sede de Trabalho sito a QNM 28 Módulo B Área Especial, Ceilândia-DF, no dia 30 de março de 2017, às 9hs em primeira convocação com 2/3 dos cooperados, às 10hs em segunda convocação com metade mais um ou às 11hs em terceira e última convocação com qualquer número para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de Contas/2016; 2. Eleição e Posse do Conselho Fiscal; 3. Fixação do percentual de capitalização, contando com 11 cooperados na presente data. Brasília-DF, 16 de março de 2017. Cleusimar Alves de Andrade-Presidente. DAR-240/2017.

AUTO POSTO ÁGUIA DE OURO EIRELI**AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação para atividade de Posto Revendedor de Combustíveis, Lavagem e Lubrificação de Veículos, na SQN 103 Bloco A PAG, Asa Norte, RA I - Brasília - Distrito Federal. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. processo nº: 190.000.175/2002. Lincoln Galvão Lemos. DAR-230/2017.

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Mensagem da Administração

Olá. Gostaria de usar este espaço para compartilhar um novo ciclo de negócio da nossa Companhia. Agora somos a Wiz, uma empresa que identifica oportunidades e implementa soluções precisas para potencializar negócios, combinando serviços financeiros e de seguros com as necessidades dos clientes.

A mudança da marca da Companhia está inserida em um contexto de ampliação de nossa atuação. Assim, mais que uma corretora de seguros, passaremos a ser uma provedora de soluções aos clientes e parceiros, nos mais diversos contextos e canais.

Este processo evolutivo tem como pilar fundamental proporcionar o serviço certo no momento exato para criar conexões relevantes. Para isso, vamos continuar investindo fortemente em pessoas e tecnologia, visando suportarmos a transformação digital, que modificará completamente a forma de interagir com nossos clientes, parceiros de negócio e com o mercado.

Falando um pouco do que já passou, celebramos o encerramento do ano de 2016, que se mostrou um dos mais desafiadores de nossa história recente. Durante o ano, lidamos com um aumento não esperado de nossa alíquota de PIS/COFINS, recessão da economia e uma das maiores crises políticas da história do Brasil. Combinados, estes fatores ocasionaram uma forte redução da atividade bancária de forma geral, além de uma importante diminuição do crédito habitacional, transação fundamental para nosso negócio.

Entretanto, mesmo considerando este contexto, conseguimos entregar um excelente resultado, atingindo recordes históricos em relação à nossa receita bruta. Este resultado certamente é fruto do trabalho em conjunto com nossos principais parceiros comerciais, a CAIXA e a Caixa Seguradora, reafirmando assim a resiliência de nosso principal segmento de atuação e demonstrando que ainda há grande potencial de crescimento a ser explorado neste campo nos próximos anos.

Ao longo do ano de 2016, compartilhamos algumas novidades com vocês, além do amadurecimento de iniciativas já conhecidas. Entre estas diversas iniciativas, destacamos (i) a implementação de nossa plataforma tecnológica multicanal, como parte do processo de transformação digital que estamos vivenciando, desenvolvida em parceria com o Sales Force. com; (ii) a consolidação do Programa “Tem Mais Caixa”, resultando no contínuo avanço nas penetrações de seguros nas transações financeiras; (iii) a inauguração, em agosto de 2016, de nossa central remota em São Paulo, com atuação na venda e renovação de produtos de seguros; (iv) e os avanços na governança corporativa da Companhia, conquistados por meio da criação dos Comitês de Auditoria e Transações com Partes Relacionadas, além da instalação da Diretoria de Compliance.

Neste momento de transformação em que vivemos, reafirmamos aqui nosso compromisso com a contínua entrega de resultados, gerando a inda mais valor para nossos clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Ao longo de nossos mais de 40 anos de história, passamos por várias evoluções que nos trouxeram até aqui. Estamos prontos para este novo desafio e empregados com o ano de 2017. Há muito por vir!

João Silveira

CEO

Apresentação

QUEM SOMOS

Somos a Wiz, uma empresa que desenvolve e implementa soluções para potencializar negócios, combinando serviços financeiros e de seguros com as necessidades dos clientes.

Atuamos principalmente como a corretora de seguros da Caixa Seguradora, e operamos com exclusividade na comercialização dos produtos de Seguros, Previdência, Capitalização e Consórcios, nos canais de vendas da CAIXA, um dos maiores bancos do Brasil, com uma base composta por mais de 85 milhões de clientes.

A expansão do setor de seguros no Brasil nos últimos anos (CAGR10-16de10,5%)⁽¹⁾ demonstra o grande potencial deste mercado, ainda pouco penetrado e com muitas oportunidades de crescimento. Nós, como corretora exclusiva da Caixa Seguradora nos canais de distribuição da CAIXA, participamos de um crescimento ainda mais acelerado, com base em um modelo de negócios isento de riscos atuariais e que não possui requerimentos regulatórios de capital mínimo para crescer.

Ao longo dos nossos mais de 40 anos de atuação, fomos capazes de desenvolver e implementar plataformas multi canais integradas de relacionamento e venda, garantindo nossa presença em todo território nacional, que conferem ao acesso e agilidade aos clientes.

Além disso, devido ao nosso modelo de negócios com baixa necessidade de ativos, demandamos baixos níveis de investimentos em capital fixo para suportar nossa evolução. Acreditamos que tais características, associadas a uma gestão operacional eficiente, representam oportunidade de crescimento e geração de valor aos nossos acionistas.

(1) Fonte: Press Release da CAIXA 3T16. (2) Considerado o total de prêmios diretos por companhias seguradoras, divulgado pela SUSEP, excluindo previdência, capitalização, consórcio e DPVAT.

NOSSA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Acionista	Participação
FENAE	26%
GP Investments	5%
Caixa Seguradora	25%
Novo Mercado BM & FBOvespa	44%
Total	100%

Participação societária nos investimentos

Empresa	Participação
Par Saúde	40%
Par Riscos Especiais	40%

Dados de 16/02/2017

NOSSO PRINCIPAL AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Uma de nossas principais atividades, na condição de provedora de soluções em serviços financeiros e corretagem de seguros, é o importante papel que desempenhamos na definição da estratégia de venda de seguros, na estruturação de novos produtos e canais e no acompanhamento diário das metas de vendas de nossos parceiros comerciais, a Caixa Seguradora e a CAIXA, em seus diferentes canais de vendas. Nosso modelo de atuação neste ecossistema envolve as seguintes atividades:

- **Com a Caixa Seguradora:** atuamos na estruturação de produtos, avaliação de canais de venda e participamos ativamente do planejamento de marketing da Caixa Seguradora, por meio de discussões do plano de negócios, orçamento, estudos de mercado, além de reportes de acompanhamento para a CAIXA. Entre outros recursos, contamos com uma área de inteligência de marketing com um profundo conhecimento de gestão de ambientes informacionais de grande complexidade (big data), desenvolvendo estudos de segmentação de clientes e modelos de propensão à compra dos produtos de seguros.

- **Com a CAIXA:** atuamos na venda direta e também no suporte comercial às atividades de vendas de seguros da Caixa Seguradora nas agências da CAIXA. Contamos também com uma estrutura comercial para venda e renovação, por meio de canais remotos (call center e webchat), e também possuímos uma equipe de corretores próprios atuando no segmento de Riscos Especiais para atender grandes empresas. Adicionalmente, contamos com uma estrutura de *backoffice* que atua na regulação de sinistro e atendimento de clientes.

Em resumo, nossa atuação neste ambiente de negócios pode ser explicada da seguinte forma:



DESTAQUES DE 2016

Patamares recordes da Receita Bruta

Nosso modelo de negócios, mais uma vez, se mostrou resiliente ao manter crescimento contínuo de receita, alcançando faturamento recorde de R\$ 450,9 milhões no ano de 2016, apesar do cenário político-econômico desfavorável vivido no período. O produto Prestamista foi o destaque do ano, com crescimento de 38,4% em seu volume de receita, em relação ao ano de 2015.

De maneira geral, o crescimento de receita no ano de 2016 se deve, principalmente, (i) à performance dos nossos produtos de bancassurance⁽³⁾; e (ii) ao encarteamento de receitas contratadas em períodos anteriores, que nomeamos como estoque de receita, um dos nossos principais diferenciais estratégicos.

Em 2016, esse estoque representou 50,9% da nossa receita bruta total.

Consolidação do Programa Tem Mais Caixa

Lançado em 2015, o Programa Tem Mais Caixa se consolidou em 2016 como um de nossos principais planos estratégicos de venda de seguros nos canais de distribuição da CAIXA, por meio da implantação de um método comercial baseado na oferta qualificada, que tem como princípio oferecer a solução precisa ao cliente, isto é, o produto de seguro certo, no momento exato, propondo uma experiência mais completa ao cliente no momento da concretização das transações bancárias geradas no banco (Crédito Habitacional, Crédito Consignado, Abertura de Conta, dentre outros). Essa estratégia aumentou a eficiência na comercialização dos nossos produtos, elevando a penetração de seguros na base de clientes da CAIXA, principalmente nas operações de bancassurance, as quais apresentaram resultado de R\$362,8 milhões da receita de 2016, um crescimento de 13,3% em relação ao ano de 2015.

Plataforma Tecnológica Multicanal

Em 2016, como parte de nosso processo de transformação digital, demos continuidade ao projeto de implantação da nossa plataforma tecnológica multicanal, desenvolvida em parceria com o Salesforce.com. Em 2015, a primeira fase do projeto contemplou a automatização do acompanhamento da nossa força de vendas atuante nas agências da CAIXA, o que contribuiu para a padronização do nosso modelo comercial, com melhorias de eficiência na disponibilização de informações e gerenciamento dos nossos assistentes de vendas que trabalham em conjunto com os funcionários da CAIXA. Com a utilização de uma ferramenta tecnológica que permite mobilidade e uma visão integrada e ágil do nosso negócio, iniciamos, em 2016, a segunda fase do projeto nos canais remotos de venda e renovação de seguros, por meio da implantação da solução de CRM (Customer Relationship Management) e do Marketing Cloud. Essa iniciativa permitiu a comunicação integrada, gestão online de resultados, jornadas otimizadas e uma visão integrada do cliente em todos os canais que atuamos.

(3) Bancassurance, também conhecido como bank insurance ou bancas seguros, refere-se a uma parceria entre um banco e uma seguradora, na qual a seguradora utiliza os canais de venda do banco para vender produtos de seguros.

Inauguração da Central Remota em São Paulo

Em agosto de 2016, inauguramos nossa central remota em São Paulo, com atuação na venda e renovação de produtos de seguros, em especial nos seguros patrimoniais, que demandam uma abordagem multicanal no processo comercial. Esse movimento encerrou a utilização de prestadores terceirizados nos serviços de venda e renovação dos produtos de seguros, garantindo a qualidade e a gestão interna da Companhia em todas as etapas do processo.

A central remota também utiliza como plataforma tecnológica a solução de CRM e Marketing Cloud da Salesforce. com, proporcionando ganhos em escala e produtividade, além de diminuição de custos administrativos e operacionais.

Avanços na Governança Corporativa da Companhia

Dando continuidade ao processo de melhoria de nossas estruturas de governança corporativa, o Conselho de Administração criou em 2016 o Comitê de Transações com Partes Relacionadas e o Comitê de Auditoria da Companhia, sendo ambos compostos por membros independentes. Adicionalmente, ainda em 2016, nosso Código de Conduta Ética foi inteiramente revisado pelo Conselho de Administração, com a criação de uma Diretoria de Compliance para garantir o integral cumprimento do Código, sob supervisão do Comitê de Auditoria.

Programa Nacional de Desenvolvimento dos Assistentes de Vendas

Totalmente integrado à plataforma tecnológica desenvolvida em parceria com o Salesforce.com e com o propósito de fortalecer a capacitação da nossa força de vendas que atua nas agências da CAIXA, lançamos em 2016 o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Assistentes de Vendas, que tem como premissa treinar e assegurar que cada um de nossos Assistentes de Vendas possa atuar como gestor de negócios dentro das agências bancárias da CAIXA em que estão presentes. Para tanto, os treinamentos são focados em ética e conduta, atendimento ao cliente e negociação, além do aprofundamento dos conhecimentos sobre nossos produtos e o mercado de seguros. Desenvolvemos internamente uma plataforma específica para o Programa e, com o treinamento, alcançamos 98% de satisfação dos participantes.

Majoração de alíquotas de PIS e COFINS

Em março de 2016, a Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 1.285⁽⁴⁾, determinou o enquadramento das sociedades corretoras de seguros que estejam no critério de apuração de imposto de renda do Lucro Real, no regime não cumulativo de contribuição do PIS e COFINS, acarretando em uma majoração da nossa alíquota de contribuição de 4,65% para 9,25%. Ao final do ano, a partir da realização de algumas deduções legais, apuramos uma alíquota efetiva de 8,86%.

(4) Instrução Normativa RFB Nº 1.628, da Receita Federal do Brasil, publicada em 21 de março de 2016 no Diário Oficial da União, alterou a Instrução Normativa RFB Nº 1.285, da Receita Federal do Brasil, que dispõe sobre a incidência da Contribuição para PIS/PASEP e da COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas elencadas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. A alteração introduzida pela IN RFB 1.628/16 exclui as sociedades corretoras de seguros do inciso “II” do art. 1º da IN RFB 1.285/12.

NOSSOS PRODUTOS

Em nosso principal ambiente de negócios, nossos produtos são divididos em três categorias: (i) produtos de bancassurance, (ii) produtos tradicionais e (iii) produtos de acumulação. A comercialização destes três blocos acontece de forma distinta.

Produtos de bancassurance possuem maior aderência às transações financeiras do banco (Crédito Habitacional, Crédito Consignado, Abertura de Conta, dentre outros), que acontecem principalmente nas agências e nos correspondentes bancários. Nessa categoria, a compra do seguro está, em geral, associada à oferta realizada no momento da concretização de uma operação bancária. São produtos como: seguro Habitacional, Prestamista, Vida, Residencial e Multirrisco

01/15

02/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Empresarial. Em 2016, os produtos bancassurance representaram 80% da nossa receita bruta total.

Produtos tradicionais de seguros, por sua vez, dependem de esforços ativos de venda em canais que vão além das agências e correspondentes bancários. Nessa categoria, o cliente possui intenção de compra anterior ao contato com o canal de vendas. São produtos como: seguro Auto, Saúde, Riscos Especiais, dentre outros. Nestes casos, diferente do que ocorre na comercialização dos produtos de bancassurance, atuamos em canais alternativos, principalmente por meio da nossa central remota de vendas e renovação. Os produtos tradicionais representaram 15% da nossa receita bruta em 2016.

O **bloco de produtos de acumulação é composto pelos produtos de Previdência, Capitalização e Consórcio** – produtos tipicamente complementares aos produtos financeiros oferecidos pelo banco (fundos de investimentos, poupança, dentre outros). Este segmento representou uma parcela de 5% de nosso resultado em 2016.

Demonstramos abaixo nosso desempenho por produto:

Produto	2016	2015	RS em MM Crescimento
Vida	136,3	128,8	5,8%
Habitacional	108,7	100	8,7%
Prestamista	76,8	55,5	38,4%
Patrimoniais	41,0	35,9	14,3%
Auto	17,5	16,9	3,6%
Riscos Especiais	36,2	28,1	28,8%
Outros	34,5	27,1	27%

Detalhamento por produto**Vida**

Apesar de um ano com transações em patamares mais tímidos, nosso principal produto apresentou crescimento com o resultado do estoque de receitas contratadas, comprovando a resiliência do nosso modelo de negócio. O estoque de receitas contratadas apresentou crescimento de 10,1% no ano de 2016, quando comparado a 2015. O aumento do estoque deve-se a três principais fatores: (i) contínuo incremento dos níveis de penetração das vendas de seguro de Vida na modalidade de pagamento mensal nas transações de abertura de conta; (ii) reajuste anual pela inflação dos contratos de seguro; e (iii) reequilíbrio de faixa etária na tábua de vida da Caixa Seguradora

Habitacional

Nossa principal alavanca de crescimento para o produto Habitacional foi a entrada, em dezembro de 2015, do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV – Faixas 2 e 3) na base de contratos da Caixa Seguradora, gerando um incremento de mais de 250.00 contratos no ano. Em contrapartida, o produto foi negativamente afetado pelo cenário macroeconômico do país, com queda na originação de Crédito Habitacional nas modalidades SBPE e FGTS durante o ano. Em função de alterações no modelo de prestação de serviços do produto, passamos a receber uma maior alíquota de agenciamento/comissão a partir de outubro de 2016, fato que impactou positivamente o resultado do produto no último trimestre do ano.

Prestamista

Em 2016, realizamos iniciativas em conjunto com a CAIXA e Caixa Seguradora para aumentar a penetração do Prestamista na concessão de Crédito Consignado e ampliar o resultado do produto. Como efeito dessas iniciativas, o Prestamista PF (pessoa física) apresentou, ao final de 2016, um crescimento de receita bruta de 17% em relação ao ano anterior, devido à contínua evolução de produtividade do programa Tem Mais CAIXA, associado ao uso da ferramenta Salesforce.com no auxílio do cotidiano da rede comercial. Além disso, o seguro Prestamista PJ (pessoa jurídica) passou a integrar o formato de oferta qualificada do programa Tem Mais Caixa para as operações de Capital de Giro no IT16. Mesmo com pouco tempo de operação, a contratação desse seguro alcançou um importante patamar em 2016, com crescimentos expressivos a cada trimestre. O produto PJ agregou R\$ 11,7 milhões de comissão no ano de 2016, comprovando a expectativa depositada no projeto desde o seu início. Somados os dois produtos, a linha do seguro Prestamista apresentou um expressivo crescimento de 38,4% no ano de 2016, quando comparado ao exercício de 2015.

Patrimoniais

A boa performance no segmento dos produtos Patrimoniais está associada ao incremento dos níveis de penetração do seguro Residencial no Crédito Habitacional, principalmente na linha de financiamento MCMV, que, desde dezembro de 2015, passou a ser elegível à venda do seguro Residencial com a obrigatoriedade do seguro Habitacional. A carteira de itens Patrimoniais segurados apresentou crescimento de 29,2% em relação ao 4T15, influenciada pelo produto Lar+, uma apólice vendida em conjunto com o Seguro Habitacional que protege o conteúdo da residência. O ticket médio deste produto é inferior ao produto residencial tradicional, porém possui um prazo de duração igual ao financiamento do Crédito Habitacional, criando estoque de receita por vários anos. Os produtos patrimoniais têm o seu crescimento impactado, principalmente, pela variação dos níveis de originação de crédito na CAIXA: (i) o seguro Residencial, no crédito habitacional; e (ii) o seguro Multirrisco Empresarial, no Capital de Giro e na abertura de contas correntes de pessoas jurídicas.

Auto

O produto Auto atingiu receita de R\$ 17,5 milhões em 2016, um crescimento de 3,6% quando comparado ao mesmo período de 2015. A carteira de itens atingiu 191 mil itens no fechamento do ano de 2016.

Riscos Especiais

Nosso resultado no segmento de Riscos Especiais foi impulsionado, essencialmente, pela performance do produto Garantia, bem como pelo incremento do produto RCPM (Responsabilidade Civil, Profissional e Material) no ano. Esse crescimento da receita está associado, principalmente, aos investimentos contínuos feitos na expansão da estrutura comercial que atende ao nosso canal de B2B (business to business).

Nossos Principais Canais de distribuição

Contamos com uma sólida estrutura comercial e recebemos comissões pelas vendas de seguros comercializados por meio de quatro canais principais de distribuição:

Canal Balcão: Agências Bancárias da Caixa

Canais Remotos: Central remota e webchat

Canais Alternativos: Correspondentes bancários e lotéricas

Corretores próprios e co-corretores: Incluindo aqueles empregados e empresas de corretagem associadas a nós para a comercialização de produtos a clientes corporativos, em especial os seguros Saúde, Riscos Especiais e Vida em grupo. O ano de 2016 foi marcado por contínuos esforços para o aumento de produtividade dos produtos de seguros nos variados canais de distribuição. Neste ano, inauguramos nossa central remota em São Paulo suportando a estratégia multicanal. Adicionalmente, estamos presente em quase todo o território nacional, contando com um time comercial especializado na venda de seguros.

Nossa Força Comercial

Entre 2012 e 2016, fizemos expressivos investimentos em nossa força comercial. Em 2016, o incremento em pessoal representou o principal componente dos nossos custos e despesas, como reflexo da internalização da nossa Central Remota, que agora conta com 130 colaboradores próprios. O Canal Balcão conta com 1.239 colaboradores.

Abaixo seguem os números de colaboradores que atuam em nossos canais:

Canais	2016 (*)	2015 (*)	Crescimento
Balcão	1.239	1.318	-6,0%
Canais remotos	130	15	766,7%
Backoffice	111	106	4,7%
Administrativo	196	176	11,4%
Haedcount total	1.676	1.615	3,8%

(*) Quantidade de Funcionários**Distribuição da nossa força de vendas**

Nossos colaboradores estão distribuídos pelas regiões do Brasil na seguinte proporção:

Centro-Norte: 12%

Nordeste: 17%

Sul: 21%

Sudeste: 50%

Ambiente de negócios**CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO**

Nos últimos anos o Brasil vem enfrentando um quadro de recessão econômica e forte instabilidade política. Durante o ano de 2016, passamos por contração na economia doméstica, queda no grau de investimento, desvalorização da moeda, alta do desemprego e agravamento na crise política. Entretanto, a julgar pelas projeções de mercado mais recentes, já se vislumbra para o ano de 2017 uma melhora do cenário, com redução da taxa básica de juros, melhor comportamento dos índices de preços, recuperação gradual da atividade econômica e maior estabilidade política, o que tende a favorecer ainda mais nosso modelo de negócio.

MERCADO DE SEGUROS

Entre 2010 e 2016, o mercado de seguros brasileiro apresentou um crescimento médio anual (CAGR) no volume de prêmio na ordem de 10,5%, segundo dados da SUSEP. Apesar da desaceleração econômica dos últimos anos, observamos que o mercado de seguros se manteve resiliente e capaz de registrar uma expansão contínua, crescendo, em 2016, 2,6% em relação ao ano anterior⁽⁵⁾.

(5) Dados divulgados pela SUSEP, considerando o total de prêmios diretos por companhias seguradoras, excluindo previdência, capitalização, consórcio e DPVAT.

NOSSO DESEMPENHO

Encerramos o ano de 2016 com receita bruta em patamares recordes de R\$450,9 milhões, 14,9% acima de 2015.

Abaixo destacamos nossos principais indicadores:

	2016	R\$ 450,9 MM	
Receita Bruta	2015	R\$ 392,3 MM	Δ+14,9%
	2016	R\$ 403,7 MM	
Receita Líquida	2015	R\$ 363,8 MM	Δ+11,0%
	2016	R\$ 193,8 MM	
Custos e Despesas (6)	2015	R\$ 174,8 MM	Δ+10,9%
	2016	R\$ 209,9 MM	
EBITDA (6)	2015	R\$ 189 MM	Δ+11,1%
	2016	52,00%	
Margem Ebitda	2015	51,90%	Δ+0,0 p.p
	2016	R\$ 148,2 MM	
Lucro Líquido	2015	R\$ 130,1 MM	Δ+13,9%
	2016	36,70%	
Margem Líquida	2015	35,80%	Δ+0,9 p.p
	2016	R\$0,90723	
Lucro por Ação	2015	R\$0,60678	Δ+49,5%

(6) Ajustado pela exclusão de despesas relacionadas ao processo de IPO.

Receita Bruta

Apresentou crescimento de 14,9% em relação ao ano de 2015, atingindo o valor de R\$ 450,9 milhões, o maior patamar em nossa história. A ampliação nas vendas dos produtos Vida, Prestamista e Habitacional foi o principal fator de alavancagem do nosso resultado.

Despesas operacionais

As nossas despesas operacionais apresentaram crescimento de 10,9% em relação a 2015, impulsionado pela realização de novos projetos de melhoria do nosso modelo de atuação e pela ocorrência de despesas não recorrentes no período. Ressaltamos, contudo, que **72% das nossas despesas referem-se a custos com pessoal**, que cresceram 14,8% ao longo do ano em decorrência do dissídio coletivo e da contratação de 106 novos colaboradores em 2016, norteadas fortemente pela inauguração de nossa central remota e a primarização de atividades operacionais

Fluxo de Caixa

As principais variações no nosso fluxo de caixa foram:

- CAPEX: R\$ 12,5 milhões decorrente dos investimentos na central remota em São Paulo, além dos investimentos em tecnologia, infraestrutura digital e sistemas, com o destaque para o Salesforce.com; e
- Dividendos: foram distribuídos R\$ 140,0 milhões de dividendos, sendo R\$30,6 milhões a título de dividendos complementares do exercício anterior, e R\$ 109,4 milhões a título de dividendos antecipados, que constituem 100% do lucro líquido de janeiro a setembro de 2016.

MERCADO DE AÇÕES

Em 2015, realizamos com sucesso nossa Oferta Pública Inicial (IPO), a única do país naquele ano. Desde então, nos enquadrados em seis índices da BM&FBovespa, que são indicadores de desempenho de um conjunto de ações:

- Índice Brasil Amplo BM&FBovespa (IBRA);
- Índice SmallCap (SMLL);
- Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT);
- Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX);
- Índice de Governança Corporativa do Novo Mercado (IGNM);
- Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG).

Entre a data da realização de nosso IPO até 31 de dezembro de 2016, nossas ações apresentaram valorização de 9,2%, enquanto, no mesmo período, o índice IBOVESPA⁽⁷⁾ apresentou valorização de 13,7%. Em 31 de dezembro de 2016, nossa ação era cotada a R\$ 13,46, o que representa um valor de mercado da Companhia na ordem de R\$ 2,2 bilhões.

02/15

03/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

(7) O Ibovespa (ÍndiceBovespa) é o principal índice de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Este índice tem por objetivo refletir o desempenho médio das cotações das ações mais negociadas e mais representativas do mercado acionário brasileiro.

Em 2016, o volume médio diário de negociação de nossas ações foi de 283,5 mil ações.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento de nossa ação desde o IPO:

Evolução da Ação PARC3



Volume Médio Diário PARC3



Política de distribuição de dividendos

Nosso Estatuto Social prevê a distribuição de, no mínimo, 50% do lucro líquido do exercício a título de dividendos. Contudo, seguindo a orientação de nossos acionistas nos últimos anos, no ano de 2016 distribuímos 100% do nosso lucro líquido do exercício, totalizando a distribuição de R\$140,0 milhões em dividendos, o que corresponde a um valor de R\$ 0,09 por ação. Ao final de 2016 nosso DividendYield foi de aproximadamente 7,3% (8).

(8) Estimativa para o ano de 2016 da Credit Suisse: LatAm Valuation Update & Calendar: Thursday, 29 December 2016.

Valor adicionado

O demonstrativo do valor adicionado (DVA) objetiva evidenciar como geramos e distribuímos riqueza para os segmentos da sociedade, aqui representados por governo, colaboradores, acionistas e instituições financeiras.

Receita Líquida	-	Custo	+	Receita Financeira	=	Valor Gerado
R\$ 371,8MM		R\$ 46MM		R\$ 18,9MM		R\$ 344,8MM

Valor Gerado	R\$ 344,8 MM
Acionistas	R\$ 145,1 MM
Colaboradores	R\$ 121,3 MM
Governo	R\$ 72,80 MM
Instituições Financeiras	R\$ 5,6 MM

Governança corporativa

NOVO MERCADO

Nossas ações estão listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) desde nossa abertura de capital, em junho de 2015. O Novo Mercado é o segmento de listagem da BM&FBovespa que possui os mais elevados padrões de governança corporativa, composto por mais de 130 companhias em 2016, incluindo a maioria das grandes companhias Brasileiras.

Em 2016, a BM&FBovespa iniciou um processo de revisão das regras e requisitos mínimos previstos no Regulamento do Novo Mercado, criado em 2000, com a finalidade de adequar suas disposições à realidade atual e refletir os avanços nas estruturas de governança ao redor do mundo e também às novas exigências trazidas pela legislação brasileira.

Este processo de revisão do Regulamento do Novo Mercado deve ser concluído ao longo do ano de 2017, com entrada em vigor em 2018 para novas companhias ingressantes, e possivelmente em 2020 ou 2021 para as companhias já listadas, como é o nosso caso.

Os avanços em nossas estruturas de governança em 2016 ficam evidentes quando comparadas às mudanças que estão por vir com o Regulamento do Novo Mercado, independentemente de sua versão final. O quadro abaixo mostra uma comparação das mudanças sugeridas pela BM&FBovespa em seu novo Regulamento (ainda sujeito a alterações) e as nossas estruturas atualmente em vigor:

ASSUNTO	PROPOSTA NOVO MERCADO	WIZ (atualmente)
Conselheiros Independentes	Mínimo de 2 membros ou 20% do Conselho (o que for maior)	Sim
Avaliação Anual de Conselho e Diretoria	Realizada pelo menos anualmente e divulgada no Formulário de Referência	Não ¹
Comitê de Auditoria	Implementação obrigatória (Estatutário)	Sim ²
Comitê de Adequação (Gente)	Implementação obrigatória (Estatutário)	Sim ³
Comitê de Remuneração	Implementação obrigatória (Estatutário)	Não ⁴
Área de Compliance + Código de ética	Implementação obrigatória, divulgação de Código de ética e Canal de denúncias externo	Sim
Área de Auditoria Interna	Implementação obrigatória, com regimento interno próprio e vinculada ao Comitê de Auditoria	Não

1 As regras de avaliação anual e o seu respectivo formato ainda não estão claras na visão da Companhia.
2 Comitê de Auditoria: Em 31/12/2016, nosso Comitê de Auditoria não era estatutário, muito embora devidamente implementado. O Comitê passará a ser estatutário com a próxima alteração no estatuto social da companhia.
3 Comitê de Adequação (gente): Em 31/12/2016, nosso Comitê de Adequação (Gente) não era estatutário e ainda não

encontra-se instalado. O Comitê passará a ser estatutário com a próxima alteração no estatuto social da companhia.
4 Comitê de Remuneração: Em 31/12/2016, não possuímos Comitê de Remuneração instalado. Em 2017, o Comitê de Remuneração será instalado em conjunto ao Comitê de Gente, passando a funcionar como um único comitê, conforme previsão do Regulamento do Novo Mercado.

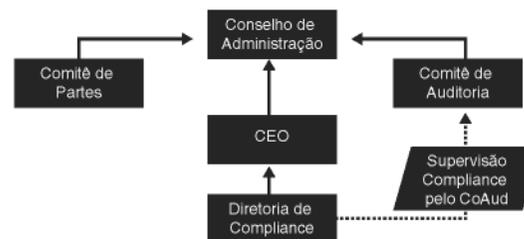
ÉTICA & COMPLIANCE

Em 2016, instituímos uma Diretoria de Compliance que tem como principal responsabilidade zelar e fiscalizar o cumprimento das disposições de nosso Código de Conduta Ética, o qual foi totalmente revisado pelo Conselho de Administração no mesmo ano. Adicionalmente, também atualizamos diversas políticas e procedimentos internos, com destaque para a Política de Contratação de Terceiros e Fornecedores e a Política de Doações e Patrocínios. Conforme demonstra a figura abaixo, todas as atividades da Diretoria de Compliance são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria, de maioria independente, que por sua vez reporta ao Conselho de Administração.



NOSSA ESTRUTURA

Além dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração mencionados acima, nossa atual estrutura de governança corporativa conta também com o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.



Conselho de Administração

Atualmente é composto por 10 (dez) membros efetivos, sendo 2 (dois) independentes (em observância à regra prevista no regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que determina que pelo menos 20% do Conselho deve ser composto por membros independentes), eleitos exclusivamente pelos acionistas minoritários, em eleição em separado.

Diretoria

Atualmente composta por 3 (três) diretores estatutários: o Diretor Presidente, o Diretor Executivo e o Diretor Financeiro, além dos demais Diretores que juntamente com os estatutários compõem nossa Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva é responsável pela administração de nossos negócios e pela representação legal da Companhia.

Comitês

Atualmente a Companhia possui 3 (três) Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, sendo 2 (dois) deles já instalados e em funcionamento, e o terceiro com instalação prevista para o ano de 2017. São eles:

- Comitê de Auditoria: composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) independentes. O CoAud foi instalado na RCA da Companhia realizada em 01.09.2016. A partir de sua instalação, foi realizada uma única Reunião em 26.10.2016, que recomendou ao Conselho a aprovação das DF's da Companhia referentes ao 3T2016. O Regimento Interno do CoAud, também aprovado em 01.09.2016, determina a realização de no mínimo 4 reuniões ordinárias anuais para deliberar sobre as DF's trimestrais da Companhia.
- Comitê de Transações com Partes Relacionadas: composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) deles a Conselheira Independente eleita pelos acionistas minoritários. O Comitê de TPR's foi instalado na Reunião do Conselho de Administração (RCA) da Companhia realizada em 04.08.2016. Desde então, ainda não ocorreram reuniões do Comitê em função de não terem ocorrido as operações que estejam sujeitas ao seu crivo, conforme previstas na Política de TPR's, aprovada em RCA da Companhia realizada em 05.11.2015. O Comitê irá realizar em 2017 ao menos uma reunião ordinária para conhecer e avaliar as TPR's existentes relacionadas à Companhia, nos termos da Política e da legislação em vigor.
- Comitê de Gente: aprovado pelo Conselho de Administração em 2015 e com previsão de instalação em 2017. Será composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) deles a Conselheira Independente eleita pelos acionistas minoritários.

Sustentabilidade

Sustentabilidade é um de nossos maiores objetivos, seja ela em sua dimensão econômica, social ou ambiental. Entendemos a sustentabilidade como elemento fundamental para o bom desempenho dos nossos negócios. Cumprimos com nossa responsabilidade socioambiental investindo continuamente em projetos assistencialistas, de desenvolvimento econômico, de reciclagem, de incentivo à prática desportiva, dentre outros. Nosso desempenho social também está atrelado aos investimentos em nossos colaboradores para nos mantermos competitivos e inovadores, garantindo a eles condições adequadas de trabalho e planejando programas de desenvolvimento profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para nós, promover a inclusão social é fundamental na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Movimento solidário

Dentre os diversos projetos sociais que lideramos, destacamos nossa parceria com nossa acionista fundadora, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da CAIXA (FENAE), no Movimento Solidário. Este programa teve início em 2005, com o objetivo de desenvolver, de forma sustentável, regiões em condições precárias como a do município de Carauabas no estado do Piauí, que possuía um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Ao longo de dez anos, investimos, junto aos parceiros envolvidos, no desenvolvimento de vários projetos para a melhoria da condição de vida dos habitantes do município, tais como a horta comunitária, criação da Cooperativa das Artesãs, construção do Telecentro com acesso à internet, centro para confecções, padaria comunitária, entre outros. Em 2016, em continuidade ao nosso movimento de responsabilidade social, passamos a investir na cidade de Belágua, no Maranhão. Belágua é atualmente uma das cidades com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Contando com um investimento inicial superior a R\$130 mil em infraestrutura e R\$100 mil para medidas emergenciais, tais

04/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

como aquisição de cestas básicas e kits de higiene pessoal, também investimos na capacitação dos cidadãos de Belágua para atividades econômicas típicas da região, tais como a piscicultura, fruticultura, avicultura e caprinocultura, com o propósito de fomentar o desenvolvimento econômico, educacional, social e sustentável da comunidade.

Também destacamos a continuidade de nossos trabalhos melhorando as vidas das cerca de 25 crianças amparadas pelo Lar de Crianças Nossa Senhora das Graças. O Lar está localizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, e somos a única mantenedora há mais de 10 anos.

Doações

No ano também efetuamos diversas doações alinhadas à política de incentivos fiscais. Convidamos nossos colaboradores para participarem desta iniciativa e para sugerirem projetos e entidades a serem beneficiadas por doações em 2016. Após recebermos mais de vinte sugestões em outubro, nossa Área de Compliance ficou responsável pela análise prévia de conformidade e integridade dos projetos pré-selecionados. Assim, nossa Diretoria aprovou doações para as seguintes entidades:

Investimentos Sociais	FUNCRRIA: Lar das Crianças Nossa Senhora das Graças (Petrópolis - RJ)
Inventivo à Cultura	Projeto Estação Eu Faço Cultura (Brasília-DF)
Investimento Esportivo	Instituto Amigos do Bem (Brasília-DF)

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Não descartamos papéis em nossa empresa. Nós os reciclamos em parceria com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Renascer, focada na atividade de comércio atacadista de resíduos de papel e papelão. Em 2016, coletamos 1.487 kg de material reciclável.

NOSSOS TALENTOS**Atração**

Atrair pessoas que compartilhem nossos valores é o que buscamos. Com esse propósito, destacamos nossa proximidade com as empresas juniores de Brasília, local de nossa sede, como meio de divulgação de nossos negócios e oportunidade de trabalho. Atualmente, o Brasil conta com empresas juniores em número maior que a Europa e vislumbramos nesse mercado excelente oportunidade de atração de jovens com o perfil inovador, comprometidos com a qualidade das entregas e focados em resultados. Para tanto, anualmente lançamos nosso Programa de Estágio, o qual atrai grande número de candidatos integrantes do Movimento Empresa Junior (MEJ). Esse Programa tem como propósito o treinamento e imersão desses jovens em nossos negócios e o nosso objetivo é a efetivação dos estagiários em nosso quadro profissional.

Ainda no intuito de atrair os melhores colaboradores, em 2016 lançamos uma inovadora forma de recrutamento e seleção para nossa equipe. Nos valendo mais uma vez da ferramenta Salesforce.com, implementamos um processo de recrutamento 100% digital em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, por meio do qual todas as etapas do processo seletivo são realizadas online, criando uma experiência única tanto para o candidato quanto para o gestor. Nossos principais ganhos com essa estratégia foram mais velocidade na seleção, maior qualidade dos candidatos selecionados e menor tempo operacional gasto. Em 2017, expandiremos essa iniciativa para todo o território nacional, permitindo aos nossos gestores mais tempo para focar no negócio e no desenvolvimento da equipe, uma vez que serão envolvidos apenas na etapa final da contratação.

Formação

Em 2016, com base em nossa missão, visão e valores, investimos R\$1,14 milhões no desenvolvimento de liderança, capacitação e engajamento de nossa equipe, o que representou um investimento médio anual de R\$750 por colaborador. Esses gastos foram aplicados em 30.050 horas de treinamento da nossa equipe, representando 6,5h mensais de treinamento por colaborador. Manter os colaboradores engajados reflete diretamente em nossos resultados, uma vez que 90% deles está concentrado em alguma atividade comercial e em contato direto com os clientes.

Nossos esforços estão melhor evidenciados na qualidade e dedicação de nossa Escola de Competências, que foi reconhecida como a 5ª melhor universidade corporativa do Brasil com o Prêmio Educop: Destaque em Educação Corporativa.

Em 2016, finalizamos o projeto de desenvolvimento dos colaboradores de Brasília, chamado Desafio Beta. Após 401 dias e mais de 100h de treinamento e investimento de R\$156 mil, 114 pessoas foram treinadas para assumirem maiores desafios em seus cotidianos. Dentre os diversos treinamentos feitos, destacamos aqueles em parceria com a Perestroika, empresa especializada em técnicas criativas de comunicação empresarial.

Além dos treinamentos que realizamos ao longo do ano, acreditamos que o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos é imprescindível para o funcionamento eficiente da empresa. Por isso, nossa empresa é 100% avaliada por nossos gestores, que, por sua vez, são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação anual de desempenho de suas equipes. Dessa forma, conseguimos visualizar nossas carências e remediá-las da melhor maneira possível, contribuindo com a formação de nossos colaboradores.

Por fim, não apenas investimos na formação de nossos talentos internos, mas valorizamos a formação de novos talentos. Focado na capacitação para a entrada no mercado de trabalho, demos continuidade ao nosso Programa Desenvolver, voltado para os menores aprendizes portadores de deficiência (PCDs). Atualmente, contamos com mais de 30 menores aprendizes PCDs trabalhando e aprendendo com nossa equipe.

Retenção

Além de atrair e formar nossos talentos, também é de nosso interesse mantê-los interessados e engajados com nossa empresa. Uma vez ao ano realizamos uma pesquisa de clima institucional com o objetivo de conhecer nossos pontos fracos para que possamos aperfeiçoá-los, bem como entender quais são os nossos pontos fortes e quão satisfeitos nossos colaboradores estão com o ambiente de trabalho que proporcionamos. Essa pesquisa é realizada pela empresa global de consultoria e pesquisa GreatPlacetoWork 2013. Em 2015, fomos premiados pela empresa como uma das melhores empresas para se trabalhar no Centro-Oeste, prêmio que estamos concorrendo também em 2016. Neste ano, alcançamos um resultado de 82% de satisfação de nossos colaboradores.

Relacionamento com os auditores

Nossa política de atuação na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos e que preservam a independência dos auditores, consistindo em:

- o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e
- o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que, no período de janeiro a dezembro de 2016, a PwC Auditores Independentes foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras. Nesse período, nossos auditores não foram contratados para a execução de serviços não relacionados à auditoria externa.

De forma a contribuir para a objetividade e independência do auditor, temos como política limitar os serviços prestados pelos auditores independentes à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores e parceiros pelo empenho e contribuição para o alcance dos nossos resultados em 2016, e aos clientes e acionistas pela confiança depositada em nossos negócios.

WIZ Tel +55 (61) 3426-9524 Fax +55 (61) 3426-9500 SHN Quadra 01, bloco E, 1º andar Brasília – Distrito Federal
www.wizsolucoes.com.br ri@wizsolucoes.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2016

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015		
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.316	705	16.642	1.241					
Aplicações financeiras	6	89.023	97.175	89.779	99.881					
Contas a receber	7	24.145	19.999	24.651	20.314					
Outros ativos	8	3.354	2.928	4.112	3.908					
Total do circulante		129.838	120.807	135.184	125.344					
Não circulante										
Imposto de renda e contribuição social										
diferidos	9	16.369	20.127	16.529	19.959					
Investimentos	10	4.458	4.168	-	-					
Imobilizado	11	7.973	4.518	9.668	5.600					
Intangível	12	14.744	11.611	28.500	24.958					
Outros ativos	8	9.217	4.683	9.132	4.657					
Total do não circulante		52.761	45.107	63.829	55.174					
TOTAL DO ATIVO		182.599	165.914	199.013	180.518					
PASSIVO										
Circulante										
Fornecedores	13	21.952	1.554	21.954	1.633					
Obrigações sociais	13	11.439	11.012	14.530	12.866					
Obrigações tributárias	13	13.072	7.334	12.229	7.521					
Provisões	14	11.244	10.464	16.966	13.198					
Empréstimos		-	-	557	837					
Parcelamento de tributos	15	1.273	2.970	1.273	2.970					
Total do circulante		58.980	33.334	67.509	39.025					
Não circulante										
Provisões	14	1.435	1.449	3.113	4.013					
Empréstimos		-	-	-	493					
Parcelamento de tributos	15	5.935	20.365	5.935	20.365					
Débitos com partes relacionadas		98	13	-	-					
Outros passivos		337	-	337	-					
Total do não circulante		7.805	21.827	9.385	24.871					
Total do passivo		66.785	55.161	76.894	63.896					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social	16 (a)	40.000	40.000	40.000	40.000					
Reservas de capital		33.453	33.453	33.453	33.453					
Reservas de lucros	16 (c)	6.657	6.657	6.657	6.657					
Dividendo adicional proposto		35.704	30.643	35.704	30.643					
Atribuído aos acionistas controladores		115.814	110.753	115.814	110.753					
Participação dos acionistas não controladores	16 (d)	-	-	6.305	5.869					
Total do patrimônio líquido		115.814	110.753	122.119	116.622					
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO										
LÍQUIDO		182.599	165.914	199.013	180.518					

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

04/15

05/15		FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A. CNPJ.: 42.278.473/0001-03									
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais						
Demonstração do Resultado (Acumulada)	Nota	Controladora		Consolidado		Demonstração do valor adicionado	Controladora		Consolidado		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Operações continuadas						Receitas					
Receita líquida da prestação de serviços	17	357.885	328.477	403.747	363.800	Venda de serviços	357.885	328.477	403.747	363.800	
Custo dos serviços prestados	18	(105.000)	(97.749)	(128.351)	(118.442)	Outras receitas	11.844	3.304	11.839	3.321	
Lucro bruto		252.885	230.728	275.396	245.358		369.729	331.781	415.586	367.121	
Despesas administrativas	19	(53.909)	(49.845)	(63.514)	(55.578)	Insumos adquiridos de terceiros					
Depreciação e amortização	11;12	(4.048)	(2.106)	(4.897)	(2.519)	Serviços de terceiros	(7.087)	(5.569)	(8.131)	(6.705)	
Outras receitas (despesas)	20	3.287	(32.988)	(1.962)	(33.642)	Materiais e energia	(17.084)	(21.873)	(19.928)	(23.806)	
Participação nos lucros de controladas		2.090	1.842	-	-	Despesas de transporte	(2.428)	(2.123)	(3.614)	(3.191)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		200.305	147.631	205.023	153.619	Custos de publicidade	(1.575)	(3.009)	(2.338)	(3.758)	
Receitas financeiras	21	18.992	12.533	19.532	13.720	Outras despesas	(13.837)	(43.195)	(19.438)	(44.107)	
Despesas financeiras	21	(1.739)	(1.759)	(2.078)	(2.365)		(42.011)	(75.769)	(53.449)	(81.567)	
Resultado financeiro, líquido		17.253	10.774	17.454	11.355	Valor adicionado bruto	327.718	256.012	362.137	285.554	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		217.558	158.405	222.477	164.974	Depreciação e amortização	(4.048)	(2.106)	(4.897)	(2.519)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	9(b)	(75.417)	(64.208)	(77.530)	(67.847)	Valor líquido produzido pela entidade	323.670	253.906	357.240	283.035	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9(b)	2.931	2.832	3.260	2.663	Valor adicionado recebido em transferência					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		145.072	97.029	148.207	99.790	Participação nos lucros de controladas	2.090	1.842	-	-	
Quantidade de ações ao final do exercício - em unidades	16(e)	159.907.282	159.907.282	-	-	Receitas financeiras	18.992	12.533	19.532	13.720	
Lucro Líquido - em reais		0,90723	0,60678			Valor adicionado total a distribuir	344.752	268.281	376.772	296.755	
Atribuível a:						Distribuição do valor adicionado					
Acionistas da Companhia				145.072	97.029	Pessoal e encargos	(121.332)	(106.961)	(146.151)	(127.084)	
Participação dos não controladores	16 (d)			3.135	2.761	Impostos, taxas e contribuições	(72.786)	(61.587)	(74.696)	(65.458)	
Lucro Líquido do Exercício				148.207	99.790	Federais	(72.574)	(61.472)	(74.378)	(65.292)	
As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras						Estaduais	(7)	(6)	(7)	(6)	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						Municipais	(205)	(109)	(311)	(160)	
		Controladora		Consolidado		Juros e variações cambiais	(782)	(436)	(1.122)	(1.042)	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	Aluguéis	(4.780)	(2.268)	(6.596)	(3.380)	
Resultado abrangente atribuído aos acionistas						Dividendos distribuídos	(109.368)	(66.386)	(109.368)	(73.386)	
De operações continuadas		145.072	97.029	148.207	99.790	Lucro retido	(35.704)	(30.643)	(38.839)	(26.405)	
Lucro líquido do exercício		145.072	97.029	148.207	99.790	Valor adicional distribuído	(344.752)	(268.281)	(376.772)	(296.755)	
Atribuível a:						As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras					
Acionistas da Companhia				145.072	97.029	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais					
Participação dos não controladores				3.135	2.761						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				148.207	99.790	Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras						Aquisição de imobilizado	11	(4.710)	(2.752)	(5.914)	(3.822)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais						Alienação de imobilizado	11	411	447	614	709
		Controladora		Consolidado		Aquisição de intangível	12	(6.524)	(8.750)	(7.394)	(13.288)
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	Alienação de intangível	12	187	208	187	208
Fluxo de caixa das atividades operacionais						Operações com partes relacionadas		85	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		217.558	158.405	222.477	164.974	Aporte de capital em controladas		-	(2.145)	-	-
Ajustes de:						Dividendos recebidos de controladas (Aportes)/Resgates de aplicações financeiras, líquido	6	8.152	(12.397)	10.102	(11.733)
Depreciação e amortização	11;12	4.048	2.106	4.897	2.519	Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos		(599)	(22.589)	(2.405)	(27.926)
Participação nos lucros de controladas	10	(2.090)	(1.842)	-	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Variações de:						Dividendos adicionais e complementares pagos aos acionistas	16	(30.643)	(16.068)	(30.643)	(16.068)
Contas a receber	7	(4.146)	(5.445)	(4.337)	(5.053)	Dividendos pagos antecipadamente	16	(109.368)	(66.386)	(112.067)	(66.386)
Outros ativos		(4.960)	(2.148)	(4.679)	(4.386)	Empréstimos tomados/Parcelamento de tributos e Juros pagos		(1.492)	(2.148)	(2.265)	(1.865)
Fornecedores		20.398	(114)	20.321	(69)	Antecipação de parcelamentos de tributos	15	(10.777)	-	(10.777)	-
Obrigações sociais		427	1.241	1.664	1.509	Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos		(152.280)	(84.602)	(155.752)	(84.319)
Obrigações tributárias		(6.811)	(7.778)	(7.478)	(7.779)	Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		12.611	(6.188)	15.401	(7.479)
Provisões	14	766	1.297	2.868	1.176	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		705	6.893	1.241	8.720
Outros passivos		337	-	337	-	Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		13.316	705	16.642	1.241
Caixa gerado nas operações		225.527	145.722	236.070	152.891	As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras					
Atualização do parcelamento de tributos		589	964	589	964						
Desconto parcelamento de tributos		(4.447)	-	(4.447)	-						
Incentivos fiscais pagos		(2.050)	(1.761)	(2.050)	(1.761)						
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		(54.129)	(43.922)	(56.604)	(47.328)						
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		165.490	101.003	173.558	104.766						

06/15		FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A. CNPJ.: 42.278.473/0001-03							
		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais							
		Atribuído aos acionistas controladores							Total do
		Reservas de lucros							patrimônio líquido
DMPPL	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	
Atribuído aos acionistas controladores		40.000	33.453	6.657	30.643	-	110.753	-	110.753
Participação dos não controladores no PL	16(d)	-	-	-	-	-	-	3.108	3.108
Participação dos não controladores no resultado	16(d)	-	-	-	-	-	-	2.761	2.761
Em 31 de dezembro de 2015		40.000	33.453	6.657	30.643	-	110.753	5.869	116.622
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	145.072	145.072	3.135	148.207
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos pagos	16(b)	-	-	-	(30.643)	(109.368)	(140.011)	(2.699)	(142.710)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	35.704	(35.704)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016		40.000	33.453	6.657	35.704	-	115.814	6.305	122.119
Atribuído aos acionistas controladores		40.000	33.453	6.657	35.704	-	115.814	6.305	122.119
Participação dos não controladores no PL	16(d)	-	-	-	-	-	-	3.170	3.170
Participação dos não controladores no resultado	16(d)	-	-	-	-	-	-	3.135	3.135

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais							
		Atribuído aos acionistas controladores							Total do
		Reservas de lucros							patrimônio líquido
DMPPL	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	
Atribuído aos acionistas controladores		40.000	33.453	6.657	15.064	-	95.174	-	95.174
Participação dos não controladores no PL	16(d)	-	-	-	-	-	-	375	375
Participação dos não controladores no resultado	16(d)	-	-	-	-	-	-	3.378	3.378
Em 31 de dezembro de 2014		40.000	33.453	6.657	15.06	-	95.174	3.753	98.927
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	97.029	97.029	2.761	99.790
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos pagos	16(b)	-	-	-	(15.064)	(66.386)	(81.450)	(645)	(82.095)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	30.643	(30.643)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015		40.000	33.453	6.657	30.643	-	110.753	5.869	116.623
Atribuído aos acionistas controladores		40.000	33.453	6.657	30.643	-	110.753	-	110.754
Participação dos não controladores no PL	16(d)	-	-	-	-	-	-	3.108	3.108
Participação dos não controladores no resultado	16(d)	-	-	-	-	-	-	2.761	2.761

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A FPC Par Corretora de Seguros S.A. ("Par Corretora", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Brasília - DF. Possui, originalmente, como objeto social a corretagem, assessoria e consultoria na área de seguros.

A Companhia foi fundada em 1973, sendo a corretora de seguros da Caixa Seguradora, com exclusividade garantida contratualmente até o ano de 2021. Ao longo destes 43 anos a Companhia construiu uma sólida relação comercial com seus principais parceiros do ramo. Destaca-se que ela está presente em mais de 1.000 agências da Caixa Econômica Federal, interagindo com os funcionários e clientes das agências, com o objetivo de auxiliar e fomentar as vendas dos produtos oferecidos pela Caixa Seguradora.

A Companhia atua como agente comercial da Caixa Seguradora nos canais da Caixa Econômica Federal e funciona como um elo estratégico entre as duas empresas. Como resumo das principais atribuições da Companhia podemos citar:

- Atuação com a Caixa Seguradora: atuamos na estruturação de produtos e avaliação de canais de venda, além de participar em discussões de planos de negócio e orçamento. Participamos do planejamento de marketing que inclui, entre outros recursos, uma área de inteligência de marketing com um profundo conhecimento de gestão de ambientes informacionais de grande complexidade (big data); e
- Atuação com a Caixa Econômica Federal: a Par Corretora atua na venda direta e também suporte comercial nas atividades de vendas de seguros das agências, bem como a gestão de operações de vendas por canais remotos e alternativos.

Vale destacar que o papel desempenhado pela Companhia, juntamente com a Caixa Seguradora e com a Caixa Econômica Federal, é atuar tanto na definição da estratégia de venda de seguros, na estruturação de novos produtos e canais quanto no acompanhamento diário das metas de vendas de seguros nos diferentes canais da Caixa Econômica Federal.

A Companhia desempenha também, como parte do seu objeto, a organização de campanhas de incentivo e fidelização de clientes. Suas atuais operações são realizadas preponderantemente com a Caixa Seguradora.

Em 5 de junho de 2015, a Companhia realizou Oferta Pública de distribuição secundária de 48.888.890 ações nominativas e sem valor nominal livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto emitido pela Companhia, com adesão ao Novo Mercado da BM&FBovespa.

A aprovação das contas da Diretoria foi recomendada pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas de internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros mantidos para negociação e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração do valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício

de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações financeiras, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação das informações

As informações consolidadas incluem as empresas: Par Corretora de Seguros S.A. e suas controladas: Par Saúde Corretora de Seguros S.A. e Par Riscos Especiais Corretora de Seguros S.A..

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

06/15

07/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Ativos financeiros**2.6.1 Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultados financeiros" no período em que ocorrem.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível**(a) Ágio**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Anualmente é realizado o teste de *impairment* para o ágio registrado.

(b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares que, hoje, variam de um a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja baixa.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente no final do período. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira, utilizando-se a taxa financeira apropriada.

2.12 Impostos**(a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, quando aplicável. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante de imposto de renda ("IR") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") corrente são calculadas com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Todas as empresas do Grupo optaram pelo regime de lucro real que considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas permanentes e temporárias não dedutíveis ou exclusões permanentes, além de receitas temporárias não tributáveis, são consideradas para apuração do lucro tributável corrente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante. O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização. Estes são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

No momento da mensuração do balanço da Companhia, os saldos de IRPJ e CSLL diferidos ativos são, respectivamente, compensados com os valores de IRPJ e CSLL diferidos passivos, de forma a apresentar saldos líquidos no patrimônio da Companhia.

(c) Parcelamento de tributos

O saldo da conta de parcelamento refere-se a débitos fiscais de tributos federais, referentes à Lei 11.941 de 2009 que regulamentou o Refis IV, além dos parcelamentos administrativos realizados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN que abarcam tributos municipais. O prazo médio de pagamento, em 31 de dezembro de 2016, gira em torno de 82 meses para o REFIS e 6 meses para os da PGFN.

2.13 Benefícios a empregados**(a) Participação nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados ("PLR") com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após os ajustes aplicáveis. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.14 Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das transações entre empresas consolidadas, se houver.

(a) Vendas de serviços

O Grupo vende serviços de corretagem na área de seguros. Esses serviços são prestados com base em contrato, onde são determinados os percentuais de comissão devidos, conforme o produto em questão. Essa receita é registrada no momento em que são informados os valores dos prêmios sobre as apólices vendidas, sem exceção. Dessa forma, a receita é reconhecida quando esse valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro, a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento mínimo de 50% do lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. A Companhia pode distribuir dividendos antecipadamente desde que tal distribuição seja aprovada em Assembleia Geral.

2.17 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, com vigência para 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

As demais alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016 não são relevantes para o Grupo.

2.18 Alocação do ágio gerado na aquisição da São Clemente Participações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu a aquisição, pela Par Saúde Corretora, da totalidade das quotas de emissão da São Clemente Participações Ltda. (data base de 30 de abril de 2015), com subsequente incorporação integral ao patrimônio da Par Saúde Corretora, com data base em 30 de junho, conforme laudo de avaliação. O laudo foi preparado com base no critério de patrimônio líquido contábil e foi elaborado por empresa especializada. O valor pago pela aquisição foi de R\$ 4.350 mil e gerou um ágio de R\$ 4.110 mil com indicação inicial por rentabilidade. A seguir, é apresentando o quadro com o valor do acervo líquido incorporado.

07/15

08/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 30 de junho de 2015
	São Clemente Participações Ltda.
Ativo circulante	16
Ativo Não-Circulante	323
Ativo	339
Passivo Circulante	16
Passivo Não Circulante	87
Acervo líquido	236
Passivo	339

O laudo de avaliação foi elaborado considerando a data-base de 31 de maio de 2015. Como a incorporação ocorreu em 30 de junho de 2015, o acervo líquido incorporado abrange a movimentação patrimonial e de resultado até essa data. A Par Saúde contratou uma empresa de consultoria a fim de realizar uma revisão para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados e, portanto, reconhecer quaisquer ativos ou passivos adicionais identificados na revisão. A análise identificou uma carteira de clientes no valor de R\$ 260 mil. Vide nota 12.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Consolidação de entidades nas quais o Grupo detém participação inferior a 50%

O Grupo é acionista da PAR Saúde Corretora S.A., e da PAR Riscos Especiais S.A., com 40% de participação acionária total e 50% das ações com direito a voto em cada uma delas. Adicionalmente, foi estabelecido um acordo com os demais acionistas destas companhias, o que confere ao Grupo o efetivo poder de controle destas entidades. Com base no percentual de participação societária total do Grupo, bem como nos acordos societários específicos firmados com os demais acionistas, a administração concluiu que o Grupo possui direitos suficientes que lhe asseguram o poder de controle e direção das atividades dessas entidades. Consequentemente, essas entidades foram integralmente consolidadas nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro**4.1 Fatores de risco financeiro****(a) Risco de mercado****(i) Risco cambial**

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de o Grupo sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de mudança das origens e aplicações de recursos do Grupo ou de contratação de proteções contra a volatilidade de suas taxas. O Grupo possui ativos financeiros associados a taxa de juros, apresentados nas Notas 5 e 6. No passivo, o empréstimo e parcelamento de tributos (Nota 15) do Grupo também estão associados a taxa de juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Parte significativa da posição do Grupo concentra-se junto à e Caixa Seguradora. Nenhum limite de crédito foi ultrapassado durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado corporativamente, sendo monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução recorrente de custos. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a gestão de capital é monitorada pela administração. Em havendo necessidade, com o propósito de redução de eventual nível elevado de endividamento, a administração poderá sugerir aos acionistas a (i) revisão da política de pagamento de dividendos; (ii) a devolução de capital aos acionistas, (iii) a emissão de novas ações; ou (iv) a venda de ativos.

4.3 Estimativa do valor justo e ajustes a valor presente

O Grupo não efetua ajustes a valor presente das suas contas a pagar e a receber, visto que seu giro médio não gera custo de capital. Este conceito também pode ser demonstrado pelo fato de que na formação do preço de seus serviços não é considerado o custo de capital em nenhuma de suas operações.

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
Instrumentos financeiros - Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Poupança	-	-	-	5.160
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	61.877	-	39.654
Fundos de investimento	25.413	-	52.361	-
Letra financeira	1.733	-	-	-
TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	27.146	61.877	52.361	44.814
	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
Instrumentos financeiros - Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Poupança	-	-	-	5.160
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	62.633	-	42.360
Fundos de investimento	25.413	-	52.361	-
Letra financeira	1.733	-	-	-
TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	27.146	62.633	52.361	47.520

Os fundos de investimentos têm as suas aplicações realizadas integralmente em renda fixa. Não ocorreram movimentações entre os níveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(a) Instrumentos financeiros - Nível 1

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma instituição financeira, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

(b) Instrumentos financeiros - Nível 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

(c) Instrumentos financeiros - Nível 3

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O Grupo não possui instrumentos financeiros classificados no nível 3.

4.3.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo por meio do resultado	25.413	52.361	25.413	52.361
Fundos de investimento	25.413	52.361	25.413	52.361
Empréstimos e recebíveis	87.755	64.813	89.574	69.164
Poupança	-	5.160	-	5.160
Certificados de depósitos bancários - CDB	61.877	39.654	62.633	42.360
Contas a receber	24.145	19.999	24.651	20.314
Empréstimos	-	-	557	1.330
Letra financeira	1.733	-	1.733	-
Custo amortizado	21.952	1.554	21.954	1.633
Fornecedores	21.952	1.554	21.954	1.633
TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	135.120	118.728	136.941	123.158

4.4 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos às quais a Companhia está exposta pelos próximos doze meses. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia, levando em consideração o período projetado de doze meses para essa avaliação é a sua exposição à flutuação nas taxas de juros. Baseado nas informações de mercado, como o relatório FOCUS e o resultado da última reunião do COPOM, o cenário provável é de queda das taxas de juros praticadas atualmente. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado dos instrumentos financeiros.

Pelo fato do ativo financeiro do Grupo ser materialmente maior que o passivo financeiro, o cenário de deterioração do risco para a Companhia seria uma queda nas taxas de juros, uma vez que proporcionaria rendimentos financeiros menores.

Análise de sensibilidade	Controladora			Projeção	
	31/12/2016	Risco	Provável	25%	50%
Ativos financeiros	102.184		113.264	110.494	107.724
Certificados de depósitos bancários - CDB	61.877	CDI	68.586	66.909	65.232
Fundos de investimento	38.574	CDI	42.757	41.711	40.665
Letra financeira	1.733	CDI	1.921	1.874	1.827
Passivos financeiros	7.208		7.991	7.795	7.599
Parcelamento de tributos	7.208	Selic	7.991	7.795	7.599
Exposição líquida					
No patrimônio			105.273	102.699	100.125
No resultado			10.297	7.723	5.149
Índices utilizados					
CDI			10,84%	8,13%	5,42%
Selic			10,86%	8,15%	5,43%

A taxa SELIC é baseada na projeção do relatório FOCUS de 03 de fevereiro de 2017. A taxa DI refere-se à relação entre a apuração oficial da CETIP (do dia 07 de fevereiro de 2017) e a taxa SELIC atual (fixada na reunião nº204do COPOM – Comitê de Política Monetária) aplicada sobre a projeção da taxa SELIC média para os próximos 12 meses.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez diária. A listagem das instituições financeiras onde o Grupo mantém depósitos, assim como os respectivos saldos, está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes				
Caixa e fundo fixo	4	4	4	4
Fundo fixo	4	4	4	4
Conta Corrente	151	(21)	353	18
Caixa Econômica Federal	151	(23)	353	16
Santander	-	2	-	2
Aplicações financeiras	13.161	722	16.285	1.219
Caixa Econômica Federal (i)	6.113	722	9.237	1.219
Bradesco (ii)	7.048	-	7.048	-
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	13.316	705	16.642	1.241

08/15

09/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Composto por quatro fundos de investimento em renda fixa, referenciados ao DI.
(ii) Composto por um fundo de investimento em renda fixa, referenciado ao DI.

6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do grupo atualmente se resumem a certificados de depósitos bancários, aplicações em fundos de investimentos em renda fixa e letras financeiras. A sua distribuição por instituição financeira é apresentada a seguir:

Aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Poupança	-	5.160	-	5.160
Caixa Econômica Federal	-	5.160	-	5.160
Certificados de depósitos bancários - CDB	39.577	39.654	40.333	42.360
Caixa Econômica Federal	39.577	39.654	40.333	42.360
Fundos de investimento	25.413	52.361	25.413	52.361
Caixa Econômica Federal	-	49.656	-	49.656
Santander (i)	13.060	2.705	13.060	2.705
Itaú (ii)	12.353	-	12.353	-
Total das Aplicações Disponíveis	64.990	97.175	65.746	99.881
Letra Financeira (Bradesco)	1.733	-	1.733	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB (Bradesco)	22.300	-	22.300	-
Total das aplicações de uso restrito (iii)	24.033	-	24.033	-
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	89.023	97.175	89.779	99.881

- (i) Composto por dois fundos de investimento em renda fixa, referenciados ao DI.
(ii) Composto por um fundo de investimento em renda fixa, referenciado ao DI.
(iii) Composto por uma letra financeira e por aplicação em certificado de depósito bancário, referenciados ao DI. A totalidade deste saldo refere-se a recursos provenientes da Caixa Seguradora e destinados ao repasse para o programa de incentivo à venda de produtos de seguros no balcão da Caixa Econômica Federal, vide Notas 8 e 13.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou aportes em aplicações financeiras com recursos provenientes do resultado de suas operações. Os recursos em aplicações financeiras não são utilizados no fluxo de negócios diário da Companhia, sendo resgatados em geral para o pagamento de dividendos ou obrigações pontuais. Neste exercício, foi pago o montante de R\$ 140.011 a título de dividendos, pela controladora.

As aplicações financeiras são realizadas a taxa de mercado e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos decorrentes da variação do valor de mercado, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, sendo R\$ 14.267 o resultado apresentado pela Companhia e R\$ 14.780 pelo Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 11.969 e R\$ 12.501 em 31 de dezembro de 2015 - Controladora e Consolidado). Essas aplicações possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

7 Contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui saldo de R\$ 24.145 a receber de receita de comissão (R\$ 19.999 em 31 de dezembro de 2015) e o Consolidado saldo de R\$ 24.651 (R\$ 20.314 em 31 de dezembro de 2015), tendo as faturas vencimento em no máximo de 30 dias.

O Grupo não efetuou ajuste a valor presente de suas contas a receber, visto que todas as faturas emitidas são recebidas historicamente em um prazo inferior a 30 dias, não havendo, portanto, expectativas incertas desse recebimento dentro do seu vencimento ou a necessidade de realizar nova medição dos valores, uma vez que o ajuste só é aplicável a recebimentos e obrigações de longo prazo.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber mencionado acima. O Grupo não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

8 Outros ativos

Outros ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos circulante				
Adiantamentos da folha de pagamento	574	274	646	333
Despesas contratuais antecipadas	900	729	900	731
Impostos retidos sobre aplicações financeiras	361	67	371	111
Saldo negativo de IR e CS	459	654	1.043	1.498
Impostos sobre faturamento a compensar	944	746	1.007	749
Seguros contratados	21	456	34	460
Outros ativos	95	2	112	26
TOTAL DE OUTROS ATIVOS CIRCULANTE	3.354	2.928	4.112	3.908
Outros ativos não circulante				
Provisão de pontos não resgatados (i)	3.912	-	3.912	-
Despesas contratuais antecipadas	2.200	-	2.200	-
Adiantamento de parcelamento Lei 11.941/09	1.675	1.675	1.675	1.675
Reembolso escrow (ii)	1.345	2.982	1.345	2.982
Contas a receber com controladas e coligadas	85	26	-	-
TOTAL DE OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTE	9.217	4.683	9.132	4.657

- (i) Referente à provisão de pontos não resgatados, conforme as regras do programa de incentivo e da intermediação de pagamentos, vide Notas 6 e 13.
(ii) Saldo referente a reembolsos, através de conta garantia, com ocorrência semestral.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

(a) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

O total de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado na tabela abaixo refere-se ao saldo líquido entre ativo e passivo fiscal diferido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal acumulado	-	-	283	-
Tributos sobre adições temporárias	6.893	3.962	6.770	3.793
Créditos tributários sobre ágios incorporados (i)	9.476	16.166	9.476	16.166
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	16.369	20.128	16.529	19.959

- (i) A diminuição do saldo da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos decorre da amortização do benefício fiscal sobre ágio, conforme descrito na nota 9 (d).

(b) Composição do valor corrente de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	217.558	158.405	222.477	164.974
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Tributos calculados com base na alíquota vigente	(73.945)	(53.833)	(75.571)	(56.557)
Despesas permanentes não dedutíveis	(905)	(9.474)	(1.048)	(9.446)
Despesas com provisões	(2.931)	(2.832)	(2.910)	(3.233)
Participação nos lucros de controladas	711	626	-	-
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	1.242	1.038	1.281	1.105
Salário maternidade	412	267	416	284
Prejuízo fiscal acumulado	-	-	302	-
Efeito líquido dos ajustes	(1.471)	(10.375)	(1.959)	(11.290)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(75.417)	(64.208)	(77.530)	(67.847)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ii)	2.931	2.832	3.260	2.663
DESPESA DE IRPJ E CSSL	(72.486)	(61.376)	(74.270)	(65.184)

- (ii) vide nota 9 (c) comentário (ii)

(c) Movimentação dos tributos diferidos sobre adições temporárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para ações trabalhistas	1.282	1.183	1.282	1.183
Provisão de vícios de comercialização	(480)	750	(480)	750
Provisão PLR	218	6.660	218	6.660
Outras adições temporárias líquidas (i)	7.599	(264)	7.735	(760)
Base de cálculo	8.619	8.329	8.755	7.833
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos (ii)	2.931	2.832	2.977	2.663

(i) A variação em relação a 2015 decorre, principalmente, do crescimento do saldo de provisão com contas a pagar, líquido da provisão de pontos não resgatados, relativos ao repasse de recursos provenientes da Caixa Seguradora para o programa de incentivo a venda de produtos de seguros no balcão da Caixa Econômica Federal, vide notas 8 e 13.

(ii) O valor apresentado no resultado consolidado (R\$ 2.977) adicionado do crédito tributário sobre prejuízo fiscal acumulado (R\$ 283) equivale aos R\$ 3.260 apresentados como imposto de renda e contribuição social diferidos na nota 9 (b).

(d) Créditos tributários sobre ágios incorporados

Atendendo ao processo de reestruturação societária promovido pela Administração, em maio de 2013, houve a incorporação integral das sociedades: Boxe Participações Ltda., CST Participações Ltda. e PAR Holding Corporativa S.A. ao patrimônio da Companhia. A operação gerou ágio no montante de R\$ 98.371. A amortização do crédito tributário sobre o ágio ocorrerá em 60 meses, contados a partir de junho de 2013. Abaixo segue quadro apresentando o benefício fiscal apurado conforme previsto na Instrução Normativa CVM 349/01.

	Controladora
	31/12/2016
Ágio na aquisição da Boxe	48.182
Ágio na aquisição da CST Participações	50.189
Base para o crédito fiscal	98.371
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social	33.446
Créditos amortizados em 2013	(3.344)
Créditos amortizados em 2014	(7.247)
Créditos amortizados em 2015	(6.690)
Créditos amortizados em 2016	(6.690)
SALDO REMANESCENTE DE CRÉDITO FISCAL	9.475

10 Investimentos

(a) Participação societária nos investimentos

Empresa	País	Controladora	% Participação
Par Saúde Corretora de Seguros S.A. (i)	Brasil	Par Corretora de Seguros S.A.	40%
Par Riscos Especiais S.A. (ii)	Brasil	Par Corretora de Seguros S.A.	40%

As empresas investidas desenvolvem os seguintes negócios:

- (i) Serviços de corretagem para a venda de planos de saúde.
(ii) Serviços de corretagem para a venda de seguros de riscos especiais.
A Companhia consolida os resultados de seus investimentos na Par Riscos Especiais S.A. e na Par Saúde Corretora S.A. em suas demonstrações financeiras, uma vez que exerce o controle societário e possui influência significativa na gestão financeira das mesmas, conforme previsto no CPC 36, tendo como principais prerrogativas para essa consolidação o (a) direito de veto em matérias relevantes definidas no acordo de acionistas das respectivas Companhias, (b) a prerrogativa da indicação do diretor financeiro da Par Riscos Especiais de membro da diretoria executiva da Par Saúde, e ainda a de (c) executar toda a rotina financeira e administrativa das investidas.
Além das entidades acima, a Companhia não possui participações, direta ou indireta, em nenhuma outra empresa.

(b) Controlador

	Em 31 de dezembro de 2016		
	Par Riscos Especiais	Par Saúde Corretora	Total
Informações das investidas			
Capital social	1.000	11.786	
Reservas de lucros	4.143	-	
Reservas de capital	-	255	
Dividendos antecipados	(3.000)	-	
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(8.647)	
Total do patrimônio líquido (A)	2.143	3.394	
Lucro (Prejuízos) do exercício (B)	3.634	1.593	
% de participação na investida	40%	40%	
Participação no patrimônio líquido (A)	857	1.510	2.368
Participação no resultado do exercício (B)	1.453	637	2.090
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	2.310	2.147	4.458

09/15

10/15		FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A. CNPJ.: 42.278.473/0001-03					
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
		Em 31 de dezembro de 2015					
		Par Riscos Especiais	Par Saúde Corretora	Total			
Informações das investidas							
Capital social		1.000	11.786				
Reservas de lucros		6.454	-				
Reservas de capital		-	255				
Dividendos antecipados		(7.000)	-				
Lucros (Prejuízos) acumulados		-	(7.062)				
Total do patrimônio líquido (A)		454	4.979				
Lucro (Prejuízos) do exercício(B)		6.190	(1.585)				
% de participação na investida		40%	40%				
Participação no patrimônio líquido (A)		182	2.144	2.326			
Participação no resultado do exercício(B)		2.476	(634)	1.842			
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		2.658	1.510	4.168			
(i) A reserva de R\$ 255 apresentada pela Par Saúde Corretora em seu patrimônio líquido é de exclusividade da Controladora.							
(c) Consolidado							
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Consolidado do Grupo não apresenta saldo de investimentos e de equivalência patrimonial em resultado uma vez que todas as suas participações foram eliminadas no processo de consolidação.							
11 Imobilizado							
Imobilizado - Controladora		Móveis e equipamentos	Veículos	Equipamentos/ processamento de dados	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total
Custo		1.295	278	972	3.119	115	5.779
Depreciação acumulada		(241)	(117)	(293)	(610)	-	(1.261)
Saldo contábil, líquido, em 31 de dezembro de 2015		1.054	161	679	2.509	115	4.518
Adições		81	89	247	18	4.275	4.710
Baixas		(102)	(71)	(288)	(372)	-	(833)
Transferências		1.042	-	550	2.749	(4.341)	-
Baixas de depreciação		30	42	193	157	-	422
Depreciação do exercício		(207)	(33)	(245)	(359)	-	(844)
Movimentação líquida do exercício		844	27	457	2.193	(66)	3.455
Custo		2.316	296	1.481	5.514	49	9.656
Depreciação acumulada		(418)	(108)	(345)	(812)	-	(1.683)
Saldo contábil, líquido, em 31 de dezembro de 2016		1.898	188	1.136	4.702	49	7.973
Imobilizado - Consolidado		Móveis e equipamentos	Veículos	Equipamentos processamento de dados	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total
Custo		1.832	278	1.387	3.551	164	7.212
Depreciação acumulada		(292)	(117)	(418)	(785)	-	(1.612)
Saldo contábil, líquido, em 31 de dezembro de 2015		1.540	161	969	2.766	164	5.600
Adições		149	89	398	21	5.257	5.914
Baixas		(219)	(71)	(386)	(677)	-	(1.353)
Transferências		1.205	-	568	3.598	(5.371)	-
Baixas de depreciação		69	42	250	378	-	739
Depreciação do exercício		(282)	(33)	(359)	(557)	-	(1.231)
Movimentação líquida do exercício		922	27	471	2.763	(114)	4.068
Custo		2.967	296	1.967	6.493	49	11.773
Depreciação acumulada		(505)	(109)	(527)	(964)	-	(2.105)
Saldo contábil, líquido, em 31 de dezembro de 2016		2.462	187	1.440	5.529	49	9.668
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Grupo contratou uma consultoria externa para avaliação da existência de indicativos de perda do valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado. Segundo o resultado da análise não existem quaisquer indicativos de perda no valor do ativo fixo. Foi realizada ainda a inspeção física de 100% dos bens e o seu respectivo cotejamento com os relatórios contábeis e avaliação de vida útil. Para os itens não identificados foi recomendada a baixa dos mesmos na contabilidade, fato acatado pelo Grupo.							
Os valores registrados em Benfeitorias referem-se, principalmente, a obra no novo escritório, locado em São Paulo.							
Abaixo as taxas médias de depreciação aplicadas pela Companhia:							
• Móveis e equipamentos:		12%					
• Veículos:		20%					
• Equipamentos de processamento de dados:		21					
• Benfeitorias:		11%					
12 Intangível							
Intangível - Controladora		Softwares	Contrato comercial	Carteira de clientes	Ágio	Intangível em andamento	Total
Custo		5.159	1.800	-	-	7.379	14.338
Amortização acumulada		(2.195)	(532)	-	-	-	(2.727)
Saldo contábil, líquido, em 31 de dezembro de 2015		2.964	1.268	-	-	7.379	11.611
Adições		1.619	-	-	-	4.905	6.524
Baixas		-	-	-	-	(187)	(187)
Transferências		11.037	-	-	-	(11.037)	-
Baixas de amortização		-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício		(2.960)	(244)	-	-	-	(3.204)
Movimentação líquida do exercício		9.696	(244)	-	-	(6.319)	3.133
Custo		17.815	1.800	-	-	1.060	20.675
Amortização acumulada		(5.155)	(776)	-	-	-	(5.931)
Saldo contábil, líquido, em 31 de dezembro de 2016		12.660	1.024	-	-	1.060	14.744

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A. CNPJ.: 42.278.473/0001-03						
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
Intangível - Consolidado	Softwares	Contrato comercial	Carteira de clientes	Ágio	Intangível em andamento	Total
Custo	5.763	1.800	-	12.749	7.641	27.953
Amortização acumulada	(2.464)	(531)	-	-	-	(2.995)
Saldo contábil, líquido, em 31 de dezembro de 2015	3.299	1.269	-	12.749	7.641	24.958
Adições	1.953	-	-	-	5.441	7.394
Baixas	-	-	-	-	(187)	(187)
Transferências	11.520	-	260	(260)	(11.520)	-
Baixas de amortização	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	(3.401)	(244)	(20)	-	-	(3.665)
Movimentação líquida do exercício	10.072	(244)	240	(260)	(6.266)	3.542
Custo	19.236	1.800	260	12.489	1.375	35.160
Amortização acumulada	(5.865)	(775)	(20)	-	-	(6.660)
Saldo contábil, líquido, em 31 de dezembro de 2016	13.371	1.025	240	12.489	1.375	28.500

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram adquiridas licenças de uso da Salesforce, registradas no grupo de softwares.

O intangível em andamento é composto pelos gastos com os projetos de estruturação de bases de dados, *datamarts* e softwares em desenvolvimento.

O intangível foi mensurado pelo custo. Os softwares são compostos por sistemas informacionais amortizados a taxa média de 20% ao ano e por licenças de uso amortizadas de acordo com os prazos contratuais. O contrato comercial é amortizado a taxa de 13,6% ao ano. O Grupo efetuou, através de consultoria externa, o teste de indicativo de *impairment* do seu intangível. Na análise não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável de tais bens. Quanto à vida útil, não houve indicativos de alteração dos prazos com relação ao exercício anterior, sendo a vida útil média de 5 anos.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura tem a recuperação do seu valor testada no mínimo anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. A Companhia realizou o teste de recuperação do ágio com expectativa de rentabilidade futura para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não identificando necessidade de ajuste.

13 Fornecedores, obrigações sociais e tributárias

O grupo de fornecedores é composto pelas obrigações decorrentes de gastos administrativos, com aquisição de materiais de uso e consumo, manutenção da estrutura do Grupo e contratação de serviços de terceiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores				
Fornecedores nacionais (i)	8	70	11	141
Intermediação de pagamentos (ii)	21.815	1.431	21.815	1.431
Outras contas a pagar	129	53	128	61
TOTAL DE FORNECEDORES	21.952	1.554	21.954	1.633
Obrigações sociais				
Participação nos lucros – PLR (iii)	8.511	8.401	11.012	9.679
INSS e FGTS	2.262	2.021	2.647	2.433
IRRF	623	556	820	712
Outras obrigações trabalhistas	43	34	51	42
TOTAL DE OBRIGAÇÕES SOCIAIS	11.439	11.012	14.530	12.866
Obrigações tributárias				
INSS	2.504	1.768	2.515	1.768
ISS	1.209	831	1.287	890
IRPF	490	98	499	101
PIS/COFINS	4.722	2.141	5.093	2.278
Provisão de IR e CSLL (iv)	66.677	55.758	68.791	59.397
Antecipação de IR e CSLL (iv)	(62.530)	(53.262)	(65.956)	(56.913)
TOTAL DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.072	7.334	12.229	7.521

(i) Majoritariamente, o prazo de vencimento das obrigações com fornecedores nacionais é de até 30 dias e encontram-se apresentadas pelo valor justo.

(ii) A linha de intermediação de pagamentos é composta, principalmente, pelos recursos provenientes da Caixa Seguradora e repassados para o programa de incentivo à venda de produtos de seguros no balcão da Caixa Econômica Federal. Este programa de incentivo consiste em prêmios no formato de pontos (apurados pela Caixa Seguradora) decorrentes da venda de seguros e que podem ser trocados por produtos pelos seus beneficiários. A variação apresentada refere-se ao lastro financeiro de cobertura dos pontos distribuídos. O detalhamento dos saldos ativos da operação pode ser observado nas Notas 6 e 8.

(iii) Em obrigações sociais, a participação nos lucros, distribuída aos funcionários do Grupo, é aferida mensalmente com base no atingimento dos resultados do período.

(iv) O Grupo apresenta os saldos ativos de antecipação e passivos de provisão de imposto de renda – IR e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL compensados na linha de obrigações tributárias, considerando que possuem a mesma essência e o seu pagamento ao encerramento do exercício se dar pelo valor líquido, entre antecipações e provisões.

14 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisões circulante				
Provisão de contas a pagar	3.522	3.725	3.612	4.225
Provisão de férias e 13º salário	7.452	5.989	8.986	7.203
Provisão para riscos de comercialização	270	750	270	750
<i>Earn out</i> (i)	-	-	4.098	1.020
TOTAL DE PROVISÕES CIRCULANTE	11.244	10.464	16.966	13.198
Provisões não circulante				
Contingências trabalhistas	4.545	3.357	4.545	3.357
Depósitos judiciais	(3.110)	(1.908)	(3.110)	(1.908)
<i>Earn out</i> (i)	-	-	1.678	2.564
TOTAL DE PROVISÕES NÃO CIRCULANTE	1.435	1.449	3.113	4.013

(i) O saldo, apresentado líquido do ajuste a valor presente, decorre da aquisição seguida de incorporação das empresas Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda e SJK Corretora de Seguros Ltda EPP ocorrida em março de 2014. O valor a ser pago aos sócios alienantes é aferido em função dos resultados das empresas durante o período de 5 anos, contados a partir da data de aquisição. O aumento do saldo no período findo em 31 de dezembro de 2016, decorre do reconhecimento *pro ratado* complemento da provisão de despesa do *Earn out* que será realizado em março de 2017, bem como o crescimento da receita da PAR Riscos Especiais.

Ações trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas cujos valores provisionados somam R\$ 1.435 (R\$ 1.449 em 31 de dezembro de 2015), líquido de depósito judicial de R\$ 3.110 (R\$ 1.908 em 31 de dezembro de 2015), e está discutindo essas questões na esfera judicial que são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Os passivos trabalhistas do Grupo são pulverizados. No período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo recebeu 114 novas causas trabalhistas, sendo 26 no último trimestre, de um total de 264 processos em curso. Parte dos referidos processos envolvem riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais externos, e para as quais não há provisão constituída. Do total de 264 processos em curso, o Grupo possui 68 processos sem provisão constituída, cujo montante reclamado é estimado em R\$ 542 (R\$ 3.596 em 31 de dezembro de 2015).

Além dos passivos trabalhistas, o Grupo possui 36 ações cíveis, todas não provisionadas porquanto classificadas com chance de perda remota, decorrentes em sua maioria da discussão sobre riscos de comercialização na venda de seguros, onde a Caixa Econômica Federal, por vezes, também é processada. Esses processos são analisados individualmente e, em determinadas situações, são liquidados diretamente pela Caixa Econômica Federal.

15 Parcelamento de tributos

Os parcelamentos de tributos efetuados pela Companhia através da Lei nº 11.941 de 2009 (REFIS) referem-se a dívidas ativas junto à Receita Federal e vencem em até 8 anos. Os parcelamentos administrativos referem-se a dívidas de tributos municipais junto à Fazenda Nacional e serão quitados até 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento circulante				
Parcelamento Lei 11.941/09 – REFIS	1.139	2.807	1.139	2.807
Parcelamentos administrativos – PGFN	134	163	134	163
TOTAL DE PARCELAMENTO CIRCULANTE	1.273	2.970	1.273	2.970
Parcelamento não circulante				
Parcelamento Lei 11.941/09 – REFIS	5.935	20.284	5.935	20.284
Parcelamentos administrativos – PGFN	-	81	-	81
TOTAL DE PARCELAMENTO NÃO CIRCULANTE	5.935	20.365	5.935	20.365

O cronograma de pagamento dos parcelamentos possui a seguinte distribuição:

	Controladora 31/12/2016
Até 1 ano	1.273
De 1 a 2 anos	1.139
De 2 a 3 anos	1.139
De 3 a 4 anos	1.139
De 4 a 5 anos	1.139
De 5 a 8 anos	1.379
TOTAL DE PARCELAMENTOS	7.208

Em junho de 2011, a Companhia, com base na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 efetuou parcelamentos de seus débitos tributários. Em junho de 2016, em conformidade com o § 1º, art. 7º, da referida Lei, a Companhia requereu e efetuou a quitação antecipada do parcelamento REFIS 4, cujo saldo devedor perfazia um montante de R\$ 15.224. A antecipação do pagamento das parcelas, proporcionou a Companhia um desconto financeiro de R\$ 4.447, conforme previsto na respectiva legislação, vide Nota 21.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social totalmente integralizado era de R\$ 40.000 (R\$ 40.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), representado por 159.907.282 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Dividendos distribuídos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram distribuídos o montante de R\$ 140.011 de dividendos, compostos por R\$ 30.643 relativos a dividendos provenientes do lucro líquido apurado no 4º trimestre do exercício de 2015 (aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 04 de abril de 2016) e os demais R\$ 109.368 a título de dividendos antecipados conforme abaixo:

12/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) R\$ 33.453 aprovados na Assembleia Geral realizada em 02 de junho de 2016
(ii) R\$39.101 aprovados na Assembleia Geral realizada em 1º de setembro de 2016
(iii) R\$36.814 aprovados na Assembleia Geral realizada em 1º de dezembro de 2016

(c) Reserva de Lucro**(i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve alteração no valor das reservas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social (R\$ 12.000). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não realizamos destinação para a reserva legal em virtude do atingimento dos limites estabelecidos pela Lei 6.404/76 (Lei das S.A.).

(d) Participação dos não controladores

	Em 31 de dezembro de 2016		
	Par Riscos Especiais	Par Saúde Corretora (i)	Total
Informações das investidas			
Capital social	1.000	11.786	
Reservas de lucros	4.143	-	
Reservas de capital	-	255	
Dividendos antecipados	(3.000)	-	
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(8.647)	
Total do patrimônio líquido (A)	2.143	3.394	
Lucro (Prejuízos) do exercício (B)	3.634	1.592	
% de participação dos não controladores	60%	60%	
Participação no patrimônio líquido (A)	1.286	1.884	3.170
Participação no resultado do exercício (B)	2.180	955	3.135
TOTAL DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	3.466	2.839	6.305

	Em 31 de dezembro de 2015		
	Par Riscos Especiais	Par Saúde Corretora (i)	Total
Informações das investidas			
Capital social	1.000	11.786	
Reservas de lucros	6.454	-	
Reservas de capital	-	255	
Dividendos antecipados	(7.000)	-	
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(7.062)	
Total do patrimônio líquido (A)	454	4.979	
Lucro (Prejuízos) do exercício (B)	6.190	(1.585)	
% de participação dos não controladores	60%	60%	
Participação no patrimônio líquido (A)	273	2.835	3.108
Participação no resultado do exercício (B)	3.713	(952)	2.761
TOTAL DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	3.986	1.883	5.869

(i) A reserva de R\$ 255 apresentada pela Par Saúde Corretora é de exclusividade da Companhia.

(e) Lucro por ação – básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro por ação		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	145.072	97.029
Quantidade de ações inicial - em unidades	159.907.282	159.907.282
Quantidade de ações ao fim do exercício - em unidades	159.907.282	159.907.282
Quantidade média ponderada de ações - em unidades	0,90723	0,60678

Não houve emissão de novas ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

17 Receita líquida da prestação de serviços

É demonstrada a seguir a reconciliação entre a receita bruta e líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reconciliação da receita bruta e líquida por produto				
Vida	136.335	128.830	136.335	128.830
Habitacional	108.721	100.042	108.721	100.042
Prestamista (i)	76.757	55.466	76.757	55.466
Residencial	25.361	21.355	25.361	21.355
Multirrisco empresarial	15.611	14.499	15.611	14.499
Bancassurance	362.785	320.192	362.785	320.192
Auto	17.484	16.871	17.484	16.871
Saúde	1.104	138	16.017	10.117
Riscos especiais	-	-	36.173	28.084
Produtos tradicionais de seguros	18.588	17.009	69.674	55.072
Previdência	11.123	10.214	11.123	10.214
Consórcio	5.002	5.195	5.002	5.195
Capitalização	1.333	1.585	1.333	1.585
Outros	988	32	988	32
Outros produtos	18.446	17.026	18.446	17.026
TOTAL DA RECEITA BRUTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	399.819	354.227	450.905	392.290
Impostos sobre o faturamento	(41.934)	(25.750)	(47.158)	(28.490)
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	357.885	328.477	403.747	363.800

(i) O produto Prestamista obteve crescimento importante em seus níveis de eficiência de venda no crédito consignado e no crédito capital de giro, quando comparados ao mesmo período de 2015, traduzindo-se em maior receita de comissão para a Companhia.

Com a entrada em vigor da Instrução Normativa nº 1.628/16, as empresas corretoras de seguros foram excluídas do regime cumulativo de apuração do PIS e da COFINS, passando ao regime não-cumulativo a partir de abril de 2016. Com esta alteração, a alíquota consolidada destas contribuições, passou de 4,65% para 9,25%, porém com a possibilidade de dedução de despesas conforme previsto na Lei 10.833/2003. Além deste fato, o regime não-cumulativo de apuração prevê a tributação das receitas financeiras pela alíquota de 4,65%.

18 Custo dos serviços prestados

Os custos são controlados pelo Grupo através de centros de custos contábeis, possuindo a seguinte estrutura: (i) canal balcão, que são as estruturas do Grupo dentro das agências da Caixa Econômica Federal; (ii) canais remotos, que representam as operações de venda através de call center; (iii) extra rede, responsáveis pela mobilização e promoção de vendas no canal de correspondentes bancários; (iv) backoffice, responsável por assessorar as operações de seguros e o suporte do pós venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo dos serviços prestados				
Canal balcão	84.991	75.647	102.262	91.755
Canal remoto	15.072	17.152	15.072	17.151
Canal extra rede	1.724	2.420	1.724	2.420
Backoffice	3.213	2.530	9.293	7.116
TOTAL DE CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	105.000	97.749	128.351	118.442

19 Despesas administrativas

Os gastos com pessoal representam a maior despesa do Grupo por comportarem a estrutura operacional, contemplando as despesas com salários, encargos e benefícios e ainda a participação nos lucros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	33.355	30.077	40.188	34.034
Serviços de terceiros	4.316	3.767	4.409	4.295
Tecnologia e telecomunicação	4.923	5.465	6.104	6.005
Fiscais e legais	3.809	3.430	3.947	3.511
Outras despesas administrativas (i)	7.506	7.106	8.866	7.733
TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	53.909	49.845	63.514	55.578

(i) A linha de outras despesas administrativas é composta pelos gastos do Grupo com a manutenção da sua infraestrutura física, viagens, propagandas e eventos.

20 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas (despesas)				
Outras receitas				
Intermediação de pagamentos (i)	2.525	-	2.525	-
Reembolsos (ii)	9.319	3.268	9.319	3.268
Outras Receitas	-	35	-	53
Total de outras receitas	11.844	3.303	11.844	3.321
Outras despesas				
Intermediação de pagamentos (i)	-	(741)	-	(734)
Despesas não recorrentes (iii)	(791)	(31.797)	(1.500)	(31.710)
Programa de incentivo de longo prazo (iv)	(7.422)	(3.592)	(7.422)	(3.592)
Outras despesas (v)	(344)	(161)	(4.884)	(927)
Total de outras despesas	(8.557)	(36.291)	(13.806)	(36.963)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDO	3.287	(32.988)	(1.962)	(33.642)

(i) O saldo apresentado refere-se ao resultado de programas de incentivo administrados pela Companhia, conforme descrito nas Notas 6, 8 e 13.

(ii) A linha de reembolsos refere-se ao ressarcimento recebido pela Companhia, decorrente do contrato de *escrow*, em virtude da quitação antecipada do parcelamento REFIS 4 em junho de 2016, vide Nota 15. Do valor total do reembolso da antecipação, de R\$ 10.777, o montante de R\$ 1.459 foi reconhecido no resultado de 2015, sendo a diferença, de R\$ 9.318, reconhecida no período corrente.

(iii) Composto, principalmente, por despesas com serviços de terceiros não relacionados com as operações da Companhia e de caráter excepcional. O saldo do exercício de 2015 inclui despesas relacionadas ao processo de abertura de capital da Companhia.

(iv) A Companhia possui um programa de incentivo de longo prazo – PILP com regras estabelecidas e baseadas na performance do resultado do exercício anterior e cotação na bolsa de valores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi pago o valor de R\$ 7.422.

(v) O saldo do Consolidado é composto, principalmente, (a) pelo valor de R\$ 1.354 em complemento à provisão do *earn out* pago em março de 2016 e; (b) pelo valor de R\$ 3.078 referente ao reconhecimento *pro rata* do complemento da provisão de despesa do *Earn out* ser realizada em março de 2017. Vide Nota 14.

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado financeiro				
Receita de aplicações financeiras	14.267	11.969	14.780	12.501
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	496
Atualização de mútuos	-	20	-	20
Outras receitas financeiras (ii)	4.725	544	4.752	703
Total de receitas financeiras	18.992	12.533	19.532	13.720
Atualização de parcelamentos	(957)	(1.323)	(957)	(1.323)
Ajuste a valor presente (i)	-	-	(136)	-
Descontos concedidos	(2)	(6)	(2)	(22)
Juros passivos	(289)	(66)	(444)	(623)
Tarifas bancárias	(491)	(364)	(539)	(397)
Total de despesas financeiras	(1.739)	(1.759)	(2.078)	(2.365)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	17.253	10.774	17.454	11.355

12/15

13/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A Companhia realiza ajuste a valor presente do *earn out* decorrente da aquisição das empresas Kalache e Tavares Corretora de Seguros Ltda e SJK Corretora de Seguros Ltda ocorrida em março de 2014.
(ii) A linha de outras receitas financeiras tem em sua composição o desconto de R\$ 4.447, decorrente da quitação antecipada do parcelamento REFIS 4, vide Nota 15.

22 Saldos e transações com partes relacionadas

São classificadas como partes relacionadas da Companhia as seguintes empresas ou pessoas:

Controladores:

- Par Participações S.A.
- Caixa Seguros Holding S.A.
- Évora Fundado de Investimento em Participações
- Algarve LLC

Controladas:

- Par Saúde Corretora S.A.
- Par Riscos Especiais S.A.

Demais partes relacionadas:

- Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE
- GP Investments
- Caixa Econômica Federal
- Caixa Seguradora S.A.
- Caixa Vida e Previdência S.A.
- Caixa Capitalização S.A.
- Caixa Consórcios S.A.
- Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.
- Caixa Participações S.A.
- Prevsolutions Participações e Administração de Bens Ltda
- Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.
- BNCORP Rhodes Desenvolvimento Imobiliário Ltda
- Ivan Carlos Machado de Aragão
- Felipe Freire de Aragão
- Rodrigo de Oliveira Franco Protásio

A seguir são demonstrados os saldos com partes relacionadas:

Operações com partes relacionadas	Em 31 de dezembro de 2016			
	Controlador	Controladas	Outras partes relacionadas	Total
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	9.590	9.590
Aplicações financeiras	-	-	40.333	40.333
Contas a receber	-	-	24.640	24.640
Outros ativos	-	85	1.345	1.430
Investimentos	-	4.458	-	4.458
TOTAL DO ATIVO	-	4.543	75.908	80.451
PASSIVO				
Fornecedores	-	-	21.815	21.815
Provisões	-	-	1.050	1.050
Débitos com partes relacionadas	-	98	-	98
Empréstimos	-	-	557	557
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	98	22.865	22.963
Receita líquida da prestação de serviços	-	-	371.069	371.069
Despesas administrativas	(29)	(109)	(14.005)	(14.143)
Outras receitas (despesas)	-	-	2.525	2.525
Receitas financeiras	-	-	14.347	14.347
TOTAL DO RESULTADO	(29)	(109)	373.936	373.798

(i) A linha de despesas administrativas tem em sua composição os gastos da Companhia com a assistência médica e seguro de vida dos nossos colaboradores, além das despesas com aluguel de nossos escritórios.

Operações com partes relacionadas	Em 31 de dezembro de 2015			
	Controlador	Controladas	Outras partes relacionadas	Total
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.235	1.235
Aplicações financeiras	-	-	97.176	97.176
Contas a receber	-	-	20.140	20.140
Outros ativos	-	26	2.982	3.008
Investimentos	-	4.168	-	4.168
TOTAL DO ATIVO	-	4.194	121.533	125.727
PASSIVO				
Fornecedores	-	-	1.431	1.431
Provisões	-	-	1.550	1.550
Débitos com partes relacionadas	-	13	-	13
Empréstimos	-	-	1.330	1.330
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	13	2.981	2.994
Receita líquida da prestação de serviços	-	-	340.878	340.878
Despesas administrativas	(108)	(64)	(10.506)	(10.677)
Outras receitas (despesas)	-	-	(734)	(734)
Receitas financeiras	-	-	9.987	9.987
TOTAL DO RESULTADO	(108)	(64)	339.625	339.454

Os ativos mantidos com partes relacionadas são compostos por: (i) depósitos bancários e aplicações financeiras realizados na Caixa Econômica Federal; (ii) às contas a receber junto à Caixa Seguradora e subsidiárias; e (iii) outros ativos, compostos pelas despesas reembolsáveis pela *escrow* com a FENAE (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal).

Os passivos mantidos com partes relacionadas decorrem, principalmente, da intermediação de pagamentos que é composta por repasses de recursos provenientes da Caixa Seguradora para incentivar as vendas de produtos de seguro no balcão da Caixa Econômica Federal.

A receita líquida remete à comissão de corretagem recebida da Caixa Seguradora e suas subsidiárias.

As despesas administrativas são compostas por gastos com infraestrutura relativos aos aluguéis dos escritórios da Companhia.
(a) Remuneração do pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal chave	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Diretoria estatutária	13.052	7.869
Conselho da administração	1.035	435
Comitê de auditoria	78	-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE	14.166	8.304

Os valores apresentados acima constituem-se de benefícios de curto prazo, benefício pós emprego, remuneração baseada em ações, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo e representam o efeito no resultado da Companhia.

23 Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros contratadas pelo Grupo são apresentadas a seguir:

- Incêndio e danos elétricos
- Pagamento de aluguel, paralisações e perdas
- Derrame de Sprinklers
- Roubo de máquinas e equipamentos

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

24 Informações por segmentos

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela diretoria. A diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes:

(i) Varejo e Pequenas empresas: composto pela Companhia, tendo a sua atividade voltada para a venda de seguros pessoais, empresariais e de patrimônio.

(ii) Grandes e médias empresas: composto pela Par Saúde Corretora, que possui as suas atividades voltadas para a venda de seguros de saúde, gestão de benefícios e de planos de saúde coletivos e, ainda, pela Par Riscos Especiais, a qual possui suas operações voltadas para a corretagem de seguros de ramos específicos, assessoria e consultoria na análise de riscos.

Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem serviços distintos a um público alvo específico. Não ocorrem vendas ou prestação de serviços entre os segmentos.

Os balanços patrimoniais por segmento são apresentados como segue:

	Em 31 de dezembro de 2016			
	Varejo e pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes	Consolidado
Ativo				
Circulante	129.837	5.347	-	135.184
Não circulante	52.762	15.708	(4.640)	63.830
Total do ativo	182.599	21.055	(4.640)	199.013
Passivo				
Circulante	58.980	8.528	-	67.508
Não circulante	7.803	1.765	(183)	9.385
Patrimônio líquido	115.816	10.762	(4.458)	122.121
Total do passivo e patrimônio líquido	182.599	21.055	(4.640)	199.013

	Em 31 de dezembro de 2015			
	Varejo e pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes	Consolidado
Ativo				
Circulante	120.807	4.537	-	125.344
Não circulante	45.107	14.276	(4.209)	55.174
Total do ativo	165.914	18.813	(4.209)	180.518
Passivo				
Circulante	33.333	4.853	-	38.186
Não circulante	21.828	3.923	(41)	25.710
Patrimônio líquido	110.754	10.037	(4.168)	116.623
Total do passivo e patrimônio líquido	165.914	18.813	(4.209)	180.518

Os ajustes do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referem-se à eliminação de R\$ 4.458 de investimentos e R\$ 85 de direitos/obrigações com controladas (em 31 de dezembro de 2015 temos R\$ 4.168 referente a investimentos e R\$ 13 a direitos/obrigações entre as empresas consolidadas).

Os resultados por segmento são apresentados da seguinte forma:

	Em 31 de dezembro de 2016			
	Varejo e pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	357.885	45.862	-	403.747
Custo dos serviços prestados	(105.000)	(23.346)	-	(128.351)
Lucro bruto	252.885	22.516	-	275.396
Despesas administrativas	(53.909)	(9.604)	-	(63.514)
Depreciação e amortização	(4.048)	(851)	-	(4.897)
Outras receitas (despesas)	3.287	(5.251)	-	(1.972)
Participação nos lucros de controladas	2.090	-	(2.090)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	200.305	15.706	(2.090)	205.023
Receitas financeiras	18.992	540	-	19.532
Despesas financeiras	(1.739)	(340)	-	(2.078)
Resultado financeiro, líquido	17.253	200	-	17.454
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	217.558	7.010	(2.090)	222.477
Imposto de renda e contribuição social correntes	(75.417)	(2.114)	-	(77.530)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.931	329	-	3.260
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	145.072	5.225	(2.090)	148.207

13/15

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Em 31 de dezembro de 2015			
	Varejo e pequenas empresas	Grandes e médias empresas	Ajustes	Consolidado
Operações continuadas				
Receita líquida da prestação de serviços	328.477	35.323	-	363.800
Custo dos serviços prestados	(97.749)	(20.693)	-	(118.442)
Lucro bruto	230.728	14.630	-	245.358
Despesas administrativas	(49.845)	(5.733)	-	(55.578)
Depreciação e amortização	(2.106)	(413)	-	(2.519)
Outras receitas (despesas)	(32.988)	(654)	-	(33.642)
Participação nos lucros de controladas	1.842	-	(1.842)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	147.631	7.830	(1.842)	153.619
Receitas financeiras	12.533	1.187	-	13.720
Despesas financeiras	(1.759)	(606)	-	(2.365)
Resultado financeiro, líquido	10.774	581	-	11.355
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	158.405	8.411	(1.842)	164.974
Imposto de renda e contribuição social correntes	(64.208)	(3.639)	-	(67.847)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.832	(169)	-	2.663
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	97.029	4.603	(1.842)	99.790

Os ajustes apresentados referem-se à eliminação do resultado com equivalência patrimonial em empresas consolidadas.

25 Eventos subsequentes

No dia 07 de março de 2017, o Conselho de Administração aprovou a mudança da marca "PAR Corretora" para "Wiz", recomendando à Assembleia Geral a alteração da razão social da Companhia para "Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A"

Embasado nas informações prestadas e no exame realizado, este Comitê de Auditoria considera que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), todos os fatos relevantes foram expostos e divulgados, estando os relatórios em condições adequadas para serem submetidos ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária para aprovação dos acionistas da Companhia.

Brasília, 11 de fevereiro de 2017.

Décio Martins Westphalen
Coordenador do Comitê de Auditoria

Alexandre Siqueira Monteiro
Membro do Comitê de Auditoria

Ruy Reis Vasconcellos Filho
Membro do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da FPC Par Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da FPC Par Corretora de Seguros S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FPC Par Corretora de Seguros S.A. e da FPC Par Corretora de Seguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento da receita (Notas 2.15 e 17)

A receita da Companhia é composta substancialmente por receita de corretagem pela prestação de serviços de venda de apólices de seguros. Esses serviços são prestados com base em contrato, sendo estabelecidos os percentuais de comissão devidos, conforme cada produto objeto de seguro.

O reconhecimento da receita requer controles para determinação do registro no momento em que os serviços são prestados, ou seja, no momento em que são informados os valores dos prêmios das apólices. Adicionalmente, requer controles para obter a totalidade dos valores dos prêmios que são base para determinação da comissão de corretagem.

Considerando a relevância dessa receita no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu, entre outros, os seguintes principais procedimentos:

Obtivemos o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de faturamento e contas a receber;

Efetuamos o confronto das informações contidas no sistema de faturamento com a receita reconhecida no sistema contábil, bem como confrontamos o saldo apresentado no relatório recebido do emissor da apólice de seguros com a receita registrada no sistema contábil;

Adicionalmente, efetuamos a confirmação de saldo do contas a receber.

Em base amostral, inspecionamos a documentação suporte da receita.

Consideramos que nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidência de auditoria apropriada no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

14/15

15/15

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ.: 42.278.473/0001-03RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 07 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DFGuilherme Naves Valle
Contador
CRC MG070614/O-5 "S" DF

(*) Republicado por erro da Editora Gráfica, publicado no DODF nº 52, de 16 de fevereiro de 2017, páginas 58 a 72.

FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 42.278.473/0001-03 - NIRE 53.300.007.241
COMPANHIA ABERTAEdital de Convocação de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Brasília, 15 de março de 2017.

Convocamos os senhores acionistas da FPC Par Corretora de Seguros S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no dia 25 de abril de 2017, às 11h00, na sede social da Companhia, localizada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Área Especial (A), Bloco E, Edifício Sede Caixa Seguros, 1º andar, Asa Norte, CEP 70701-000, na Cidade de Brasília, Distrito Federal ("AGOE"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) a tomada das contas dos administradores, bem como examinar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos no exercício de 2016; e (iii) a destituição do Conselheiro de Administração Sr. Aristóteles Alves Menezes Junior e eleição de seu substituto; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (iv) a remuneração anual global da Administração da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2017; e (v) a alteração do Estatuto Social da Companhia com a finalidade de alterar a denominação social da Companhia e incluir atividades adicionais ao objeto social da Companhia. Informações Gerais: 1. Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). 2. Os acionistas deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado neste Edital, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia e, conforme o caso: (i) Pessoas Físicas: documento de identificação com foto; (ii) Pessoas Jurídicas: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso); (iii) Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso). Todos os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão comparecer à AGOE munidos dos documentos com foto e validade no território nacional que comprovem sua identidade e/ou condição. Solicita-se que os acionistas apresentem os documentos referidos acima com antecedência de 48 horas antes da data da AGOE para melhor organização dos trabalhos da AGOE. 3. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.parcorretoira.com.br/ri), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBO-VESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), as informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, a Proposta da Administração e aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"). Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (61) 3426-9500 ou via e-mail: ri@parcorretoira.com.br. Brasília, 15 de março de 2017. Alexandre Siqueira Monteiro Presidente do Conselho de Administração da FPC Par Corretora de Seguros S.A. DAR-224/2017.

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ASSISTENCIAL
EM ENFERMAGEM-COOPERQUERUBIM

CNPJ: 14.999.343/0001 -16 NIRE:5340000965-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A presidente, no uso de suas atribuições estatutárias que lhe confere o artigo 38º, §1 da Lei 5764/71, convoca todos Cooperados, que nesta data somam 293 aptos a votar, para participarem da assembléia geral ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA que irá ser realizada no dia 31 de MARÇO de 2017, no endereço SEDE QS 408 CONJUNTO E LOTE 03 SALA 301 SAMAMBAIA/DF-NORTE, a instalar-se em primeira convocação às 12:00 horas com a presença de 2/3 dos cooperados, em segunda convocação às 13:00 horas com presença de metade mais 1, e terceira convocação às 14:00 horas com no mínimo 50 cooperados, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: 1- Assembléia Ordinária: A) Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal. B) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas. C) Recomposição da Diretoria e do Conselho Fiscal e posse dos eleitos. D) Fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. 2-Assembléia Geral Extraordinária: A) -Lei 12.690/2012; B) Alteração da Razão Social. C) Reestruturação do Estatuto Social e Regimento Interno da Cooperativa; C) Assuntos Gerais. Sr.Shirley Rodrigues de Almeida (Diretora Presidente). DAR-236/2017.

COOPERATIVA DE PRODUTORES DO MERCADO
ORGÂNICO DE BRASÍLIA - COOPERORG
CNPJ 12.159.551/0001-81

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O presidente da COOPERORG, Sr. Luiz Paulo P. Rodrigues, convoca os cooperados para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 28 de março de 2017, terça-feira, às 6 horas para a primeira convocação, às 7 horas para a segunda convocação e às 8 horas para a terceira e última convocação, na sede da entidade, para tratar dos seguintes assuntos: 1. Prestação de contas do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, compreendendo balanço geral do exercício de 2016, contas de sobras e perdas, parecer do Conselho Fiscal e relatório da Administração; 2. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; 3. Eleição e posse dos Membros do Conselho Fiscal - período abril de 2017 a março de 2018; 4. Plano de atividades para o exercício 2017; 5. Apresentação de proposta de reforma do Estatuto; 6. Assuntos gerais. O presidente da COOPERORG informa que a quantidade de cooperados para efeito de cálculo de quórum de instalação é de 59 (cinquenta e nove). Cordialmente, Brasília, 21 de fevereiro de 2017. Luiz Paulo P. Rodrigues - PRESIDENTE. DAR-237/2017.